



# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

## **INCRA – SR 29**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional 29 – Sub Médio São  
Francisco

---

## Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

BPA – Batalhão de Polícia Ambiental

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

---

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

---

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PC – Plano de Compromisso

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Maranhão

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

---

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SRFA – Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

---

## Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 01: Identificação da Unidade .....                                                                            | 10 |
| Quadro 02: Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 1.....                                                              | 13 |
| Quadro 03: Plano Estratégico do INCRA- Objetivo 2.....                                                               | 20 |
| Quadro 04: Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 3.....                                                              | 25 |
| Quadro 05: Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 4.....                                                              | 26 |
| Quadro 06: Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 5.....                                                              | 27 |
| Quadro 07: Plano Estratégico do INCRA – Objetivo 6.....                                                              | 28 |
| Quadro 08: Transferências executadas pela Unidade.....                                                               | 29 |
| Quadro 09: Execução descentralizada com transferências de recursos.....                                              | 29 |
| Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução física e orçamentária .....          | 31 |
| Quadro 11: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária – RP.....                                       | 32 |
| Quadro 12: Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais .....                                | 34 |
| Quadro 13: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários - Execução física e financeira .....               | 43 |
| Quadro 14: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários - Execução de Restos a Pagar .....                 | 44 |
| Quadro 15: Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados .....                                     | 46 |
| Quadro 16: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária ..... | 49 |
| Quadro 17: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar .....     | 50 |
| Quadro 18: Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016 .....                                                         | 69 |
| Quadro 19: Principais Despesas Pagas, exercício 2016.....                                                            | 71 |
| Quadro 20: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....                              | 74 |
| Quadro 21: Situação de atendimento das demandas do TCU .....                                                         | 78 |
| Quadro 22: Situação de atendimento das demandas do CGU .....                                                         | 79 |
| Quadro 23: Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela.....                                | 90 |

---

## Sumário

|                                                                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>1- Apresentação</b> .....                                                                                                  | 8  |
| <b>2- Visão geral da unidade prestadora de contas</b> .....                                                                   | 10 |
| 2.1- Identificação da unidade .....                                                                                           | 10 |
| <b>3- Planejamento organizacional e resultados</b> .....                                                                      | 11 |
| 3.1- Planejamento e resultados alcançados .....                                                                               | 11 |
| 3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos .....                                                             | 29 |
| 3.3- Desempenho operacional .....                                                                                             | 31 |
| <b>4- Governança, gestão de riscos e controles internos</b> .....                                                             | 60 |
| 4.1- Atuação da unidade de auditoria interna .....                                                                            | 60 |
| 4.2- Gestão de riscos e controles internos .....                                                                              | 60 |
| <b>5- Áreas especiais da gestão</b> .....                                                                                     | 63 |
| 5.1- Gestão de pessoas .....                                                                                                  | 63 |
| <b>6- Relacionamento com a sociedade</b> .....                                                                                | 68 |
| 6.1- Canais de acesso do cidadão .....                                                                                        | 68 |
| <b>7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro</b> .....                                                  | 71 |
| 7.1- Desempenho financeiro do exercício .....                                                                                 | 71 |
| 7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....                                            | 74 |
| 7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber .....                                                  | 76 |
| <b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</b> .....                                                       | 78 |
| 8.1- Tratamento de deliberações do TCU .....                                                                                  | 78 |
| 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....                                                           | 79 |
| 8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário .....                                     | 90 |
| 8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 ..... | 91 |
| <b>9- Anexos e apêndices</b> .....                                                                                            | 92 |
| 9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ .....                                                          | 92 |
| 9.2- Resultados do atendimento ao público externo .....                                                                       | 93 |
| 9.3- Memória de cálculo dos indicadores .....                                                                                 | 93 |
| 9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares .....                                                                          | 97 |

---

# 1- Apresentação

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Médio São Francisco durante o exercício de 2016, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas.

O documento foi elaborado, de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 156 de 30 de novembro de 2016, bem como com Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, e está estruturado em quatro seções, quais sejam: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Apresentação, III– Desenvolvimento, quando será apresentada a execução física e orçamentária; IV – Resultados e Conclusões. Seguindo as orientações do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 154/2015.

Neste documento serão encontradas as informações gerais da gestão desta unidade prestadora de contas, com o detalhamento do planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional e governança, através das estratégias de atuação, Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade, informações sobre reconhecimento de dívidas, movimentações de restos a pagar, Transferências voluntárias e Recursos humanos. Onde, a Superintendência Regional do Médio São Francisco faz gestão em 271 projetos de assentamento tendo capacidade para 11.611 famílias assentadas, sendo 261 projetos com capacidade para 11.087 assentados localizados no Estado de Pernambuco e 10 projetos com capacidade para 524 famílias no localizados no Estado da Bahia, abrangendo uma área total de 342.731,26 hectares voltados para reforma agrária no semi-árido baiano e pernambucano.

Relacionamento com a sociedade, balizado através das ações de maior destaque de 2016 foram: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, atendimento de 9.947 de famílias assentadas, conforme estabelecido no plano de metas 2016; Aplicação do Crédito Fomento Mulher para 242 (duzentos e quarenta e dois) beneficiárias, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com a celebração de 3 (três) Termos de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, atendendo de forma direta a 150 (cinto e cinquenta) beneficiários, instituir os primeiros 100 (cem) kit's feira do programa Terra Sol, realização de pregão eletrônico para contratação de empresas especializadas em georreferenciamento e demarcação topográfica para atendimento de 1982 (um mil novecentos e oitenta e duas) famílias beneficiadas com demarcação e parcelamento dos lotes.

Destacamos que algumas Ações tiveram suas metas comprometidas em razão da indisponibilidade e/ou oscilações freqüentes no sistema SIPRA, durante o período de abril de 2016 até dezembro de 2017, em virtude dessa situação, a unidade não conseguiu melhores resultados em atividades como: Atualizações cadastrais de beneficiários no sistema, emissão de contratos de concessão de uso, emissão de Declaração de aptidão ao Pronaf, bloqueio e desbloqueio de beneficiário, cadastro seleção e homologação de famílias e demais atividades que precisam das informações do SIPRA para desenvolvimento da atividade.

Desempenho financeiro e informações contábeis, com o detalhamento dos balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964.

---

Áreas especiais de gestão, através do demonstrativo das capacitações oferecidas pela Regional e conformidade de gestão e demandas dos órgãos de controle, detalhada por meio dos mecanismos de controle interno, e externo através do atendimento das recomendações da CGU e TCU.

---

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### **Incra**

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

##### **Poder e órgão de vinculação**

**Poder:** Executivo

**Órgão de vinculação:** texto

**Código SIORG:** 17125

##### **Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)**

**Natureza jurídica:** Presidência da República

**CNPJ:** 00375.972/0033-48

**Principal atividade:** Administração Pública Federal

**Código CNAE:** 84.11-6-00

**Código SIORG:** 1799

**Código LOA:** Não se aplica

**Código SIAFI:** 373050

##### **Contatos**

**Telefones/fax:** (87) 3861-2817 / 3861-

**Endereço postal:** Av. da Integração, N° 412, Jardim Colonial, CEP: 56.328-010, Petrolina-PE.

**Endereço eletrônico:** [publico@incra.gov.br](mailto:publico@incra.gov.br)

**Página na internet:** <http://www.incra.gov.br>

##### **Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Código SIAFI:** 37201

**Nome:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

##### **Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Código SIAFI:**  
373050

**Nome:** Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR29/MSF

---

## ***3- Planejamento organizacional e resultados***

### **3.1- Planejamento e resultados alcançados**

Os objetivos estratégicos da Superintendência Regional foram alinhados ao da Sede, considerando-se não somente o ambiente altamente complexo da reforma agrária, como também as demandas do contexto interno e externo da Instituição naquele momento, mesmo existindo outros mecanismos para o monitoramento do alcance dos objetivos, o instrumento com valores de metas a serem alcançados, bem como, limites orçamentários a serem descentralizados, a partir das demandas qualificadas apresentada pela unidade (SR-29), foi o Caderno de Metas e Créditos Orçamentários – 2016.

Embora a unidade tenha apresentado sugestões sobre o caderno de metas, a decisão sobre valores orçamentários e resultado físico foi definida pela unidade orçamentária (INCRA/Sede-DF).

O Planejamento da Regional é balizado na Missão, visão e valores institucionais do INCRA. Missão, no contexto corporativo, representa a razão de existência de uma organização, a finalidade ou o motivo pelo qual ela foi criada. É o mais estratégico dos conceitos, pertencendo a esta etapa o escopo que guiará as estratégias organizacionais. Nesse sentido, a Missão do INCRA é a seguinte: “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”. Visão é a realização dos ideais da missão e reflete a expectativa da organização a respeito do impacto que ela pretende ter na ambiência em que atua.

A Visão do INCRA é: “Ser referência internacional de soluções de inclusão social”. Dessa forma, verifica-se que o período de abrangência do Planejamento é contínuo, sendo necessária sua revisão periodicamente. Os Valores são entendimentos e expectativas que descrevem como todos os profissionais da organização devem se comportar e sobre os quais todas as relações e decisões organizacionais são baseadas. Os valores exaltados na gestão da regional foram: valorização das pessoas, ética, compromisso com o interesse público, profissionalismo, imparcialidade e transparência. Já os objetivos estratégicos foram assim delimitados:

---

- **Objetivo Estratégico 01:** *Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.*

-**Objetivo Estratégico 02:** Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

-**Objetivo Estratégico 03:** Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

-**Objetivo Estratégico 04:** Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

-**Objetivo Estratégico 05:** Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

- **Objetivo Estratégico 06:** Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

Estas Ações denominadas de projetos estratégicos foram construídas pela unidade orçamentária (INCRA/SEDE/BSB) e suas respectivas diretorias.

Sendo a execução das ações registradas no instrumento gerenciador, contendo os dados efetivos das ações implementadas, o Sistema de Informações Rurais – SIR, mais especificamente o módulo de monitoramento do SIR, acessado via Intranet é o principal meio de centralização e divulgação interna das atividades desenvolvidas no exercício e exercícios anteriores pela regional. As Divisões em conformidade com a Ordem de Serviço/INCRA/SR-29G/Nº24/2013. Onde o principal objetivo é a descentralização das informações dos servidores que executam as principais atividades institucionais, aos chefes de divisão, e estes por sua vez, enviam as informações da execução física ao serviço de planejamento e controle (GABP), ficando o GABP responsável pela inserção das informações no Módulo de monitoramento do SIR e posterior homologação dos resultados pelo superintendente regional. Outra fonte de informação utilizada pela autarquia foi o site

[http://wiki.incra.gov.br/index.php/Wiki\\_Incra](http://wiki.incra.gov.br/index.php/Wiki_Incra), com maior detalhamento das informações e de acesso em qualquer ponto de internet, é atualizado mensalmente com uso de planilhas.

**3.1.1- Objetivo Estratégico 01:** *Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.*

| Atividade                                                                                                                | Unidade de medida       | Meta  | Realizado |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------|-----------|
| Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido                                                       | Famílias                | 3.485 | 256       |
| Número de famílias atendidas com assistência técnica                                                                     | Famílias                | 9.947 | 9.436     |
| Número de famílias atendidas com projetos de agro industrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol) | Famílias                | 0     | 67        |
| Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento    | Famílias                | 0     | 0         |
| Número de créditos instalação supervisionados                                                                            | Créditos                | 1190  | 275       |
| Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental                                                        | Assentamentos           | 1     | 21        |
| Número de assentamentos com licença ambiental protocolada                                                                | Licença Protocolada     | 0     | 0         |
| Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR                        | Assentamento            | 4     | 185       |
| Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica                          | Profissional Capacitado | 0     | 0         |
| Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | Profissional Capacitado | 150   | 0         |
| Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA                   | Profissional Capacitado | 0     | 0         |
| Número de documentos expedidos para Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais                                  | Documentos expedidos    | 438   | 444       |
| Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos                                                                      |                         | 50    | 25        |

**ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação**

Os assentamentos monitorados com ações de Gestão Ambiental no ano de 2016 foram em número de 21, esse quantitativo se refere aos Planos de Manejo Florestal

---

implementados pela APNE (Associação Plantas do Nordeste) por meio de contratos com o Serviço Florestal Brasileiro e a Caixa Econômica Federal e mais recentemente pelo Nordeste Reflore contratado pelo IPA (Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco) acompanhados por esta Superintendência, sendo que a maior parte dessas ações foram iniciadas em exercícios anteriores, estando sua monitoria e acompanhamento nas fases de autorização da exploração e efetiva exploração dos planos de manejo florestal sustentável. Nesta ação, tem-se também o acompanhamento nos assentamentos que foram alvo de denúncias ambientais, as quais são apuradas por meio de notificações aos agressores e vistoria in loco, seguida de denúncias aos órgãos de fiscalização ambiental competentes.

No ano de 2016, não foram realizados novos protocolos visando o licenciamento ambiental, ficando apenas três licenças ainda em vigor solicitadas em anos anteriores, tendo sido priorizado o cadastramento dos assentamentos no SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), o qual servirá à regularização fundiária dos imóveis rurais com projetos de assentamento, juntamente ao instrumento de licenciamento ambiental das atividades desenvolvidas no projeto de assentamento (licenças para as atividades agrossilvipastoris e de infraestrutura). Neste exercício foram protocolados 185 cadastros ambientais rurais através de parceria firmada com a LEMAF/UFLA.

Com relação a demarcação topográfica em projetos de assentamento, foi executado a demarcação do PA Josias e Samuel, com identificação de 25 lotes. Registra-se que foi licitado através do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2016, a proposta mais vantajosa para contratação de empresa de engenharia, especializada em serviços de cartográficos, para execução de serviços de medição e demarcação topográfica georreferenciada de perímetros e parcelas rurais em projetos de assentamentos existentes nesta Superintendência, que atenderá a 52 PA's, com identificação de 1.982 parcelas familiares.

Embora a meta para concessão dos créditos instalação às famílias assentadas, com as regras do Decreto 8.256/2014, que trata do novo crédito instalação, foi estabelecida em 501 créditos, modalidade Apoio Inicial I. Consultando os números, podemos observar que dos 25 créditos disponibilizados, 16 foram sacados. É fato que, por razões que extrapolaram a governabilidade desta Superintendência (SR29/MFS), como: 1 – Término do contrato entre o INCRA e o Banco do Brasil ocorrido desde os meados do ano de 2016, restabelecido em novembro; 2 - O acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, nº 775/2016, que identificou inicialmente indícios de irregularidades em 6.376 beneficiários desta

Superintendência, distribuídos em 14 categorias de índice, ficando as famílias bloqueadas impedidas de acessarem o Crédito Instalação a partir do mês de fevereiro do ano de referência; 3 – Fechamento do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, realizado em fevereiro pelo INCRA/Sede, sendo reaberto em condições de uso apenas em 2017. Vale salientar que este sistema viabiliza a concessão dos créditos. Mesmo com todas as restrições descritas acima, podemos destacar a disponibilização de 368 créditos na modalidade Fomento Mulher, dos quais 353 foram sacados gerando um incremento de R\$ 1.059.000,00 nos assentamentos desta SR.

Com relação ao número de 1190 créditos supervisionados, mesmo com o bloqueio de parte dos assentados a partir do acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, aliadas a questões específicas como demora na emissão de licença ambiental pelos órgãos ambientais do estado (CPRH), esta SR supervisionou ainda 275 créditos.

Dos 100 KITS FEIRA disponibilizados para as entidades representativas (associações) selecionadas através do chamamento Público SR29-01/2016, publicado no DOU em 29/09/2016, foram distribuídos 67 Kit's em 2016. Cada Kit é composto por barraca padronizada, balança digital, banner, avental, dentre outros materiais, conforme fotos 1 e 2.



**Foto 1** - Modelo padrão de barraca (KIT Feira) entregue pela SR-29 às comunidades classificadas.



**Foto 2** - Comunidade do PA São João de Ouricuri participando da feira livre da Cidade de Trindade-PE.

A publicação do resultado final de classificação das entidades ocorreu no mês de dezembro/2016. A distribuição contemplou 18 PA's, localizados em 10 municípios, conforme tabela a seguir:

| Nº | RELAÇÃO DE PA's (Associação/Entidades) | MUNICÍPIO    | N.º KITS |
|----|----------------------------------------|--------------|----------|
| 1  | PA Tacutu/Jiboia                       | Cabrobó      | 5        |
| 2  | PA Maravilha                           | Dormentes    | 4        |
| 3  | PA Nova Esperança II                   | Granito      | 7        |
| 4  | PA Alto da Areia                       | Lagoa Grande | 5        |
| 5  | PA José Ramos                          | Lagoa Grande | 5        |

|    |                          |                          |            |
|----|--------------------------|--------------------------|------------|
| 6  | PA São João de Ouricuri  | Ouricuri                 | 6          |
| 7  | PA Umburana / Lealdade   | Parnamirim               | 6          |
| 8  | PA Mandacaru             | Petrolina                | 5          |
| 9  | PA Mansueto de Lavor     | Petrolina                | 4          |
| 10 | PA São José do Vale      | Petrolina                | 5          |
| 11 | PA Monte Alegre          | Salgueiro                | 6          |
| 12 | PA Boqueirão             | Santa Maria da Boa Vista | 5          |
| 13 | PA Catalunha             | Santa Maria da Boa Vista | 8          |
| 14 | PA Ilha Grande do Pontal | Santa Maria da Boa Vista | 6          |
| 15 | PA Vitória               | Santa Maria da Boa Vista | 4          |
| 16 | PA Gilvan Santos         | Serra Talhada            | 6          |
| 17 | PA Lajinha               | Serra Talhada            | 8          |
| 18 | PA Poço do Serrote       | Serra Talhada            | 5          |
|    | <b>TOTAL</b>             |                          | <b>100</b> |

Quanto a supervisão ocupacional nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, a meta estabelecida foi de 296. Como a disponibilização dos recursos financeiros para o desenvolvimento da ação, ocorreu apenas no segundo semestre do ano de referência, a comissão da IN 71/2012 realizou 283 vistorias, sendo 189 no PA Água Viva, 29 em Santa Marta e 65 no Antônio Conselheiro II, que devido ao tempo exíguo, resultou na elaboração de apenas 69 laudos.

Com relação a documentos expedidos referentes a Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, a meta estabelecida foi de 438, sendo expedido no total de 442 documentos, sendo 438 Contratos de Concessão de Uso – CCU, e 6 relacionados a Destinação de Bens Remanescentes (Comissão OS/INCRA/SR-29/G/Nº10/14 que trata da destinação de terras públicas da União/INCRA), no que se refere aos casos de doação, cessão e concessão de uso, informamos que 6 (seis) contratos tiveram suas publicações no Diário Oficial da União no ano de 2016.

Para o ano de 2017 prevemos dobrar esse quantitativo, e ter no mínimo 12 (doze) contratos publicados no D.O.U.

Com a continuação da Chamada Pública 01/2014 através da renovação dos 03 (três) contratos ATER em 2016, com as empresas DELTA, DIAMANTINA e SEMENTES, mantendo o quantitativo inicial de 9.947 famílias atendidas, distribuídas em onze (11) núcleos definidos na chamada, 9.436 famílias receberam algum tipo de serviço de assistência técnica resultando num índice atendimento de 94,9%, segundo dados extraídos do SIATER. Desse modo, atualmente a SR/29 vem atendendo todas as famílias que estão regularmente assentadas nos projetos de assentamento. Dentre os serviços realizados pela ATER, podemos destacar a elaboração de projetos na linha do Pronaf A com 139, Fomento Mulher,

---

PAA e PNAE, solicitação de DAP, dia de campo, intercambio, articulação junto aos entes públicos, solicitação de DAP, dentre outras.

A Educação no Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo. É a garantia de ampliação das possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar. Desse modo, o INCRA em parceria com a UNIVASF ainda em 2015 celebrou 03 (três) Termos de Execução Descentralizada - TED, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com os cursos de graduação em Licenciatura em História e Ciências Sociais, e especialização em Educação do Campo, com 50 vagas cada curso. No exercício de 2016, foi realizado a seleção dos educandos e o início das atividades letivas. A celebração desses Termos é muito importante para os beneficiários da reforma agrária, pois terão oportunidade de ter acesso a educação pública e de qualidade e uma forma de disseminar conhecimento nas comunidades rurais. Essa parceria fortalecida/consolidada abre portas para se articular junto aos movimentos sociais, Universidade e INCRA mais cursos para o público da reforma agrária.

Com relação ao plano orçamentário PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos da SR29 para implantação e recuperação de estradas, em 2016 foram publicados 02 (dois) convênios, o primeiro com a Prefeituras de Orocó-PE, que atenderá o PA Bom Jesus, o segundo com a Prefeitura de São José do Belmonte-PE, para atender os PA's Vida Nova, Terra Nova, Terra Livre e Julia Siqueira, beneficiando um total de 404 famílias. Os valores de repasse são da ordem de R\$ 299.700,00 e R\$ 1.252.000,00, respectivamente. Os convênios encontram-se na fase de análise dos Projetos Básicos. Vale salientar que na proposta do convênio de Orocó, consta ainda a implantação de 10 ha para irrigação.

O convênio celebrado com a Prefeitura de Petrolina-PE para atender 113 famílias nos PA's Nossa Senhora de Fátima e Lyndolpho Silva, obteve em 2016 um índice de 99% de execução física, concluído em março de 2017.

Quanto aos dois convênios realizados com a Prefeitura de Serra Talhada-PE, o primeiro atendendo 398 famílias dos Assentamentos Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho, cujo percentual de execução encontra-se paralisado em 53% de execução em virtude de rescisão da Empresa Nobel Engenharia com a conveniente. Os serviços foram reiniciados na segunda quinzena do mês de março com a contratação de nova empresa; o

segundo que atende a 83 famílias nos PA's Timburana, Três Irmãos e São Lourenço, encontra-se dentro do prazo estabelecido no cronograma, com 100% execução da primeira meta, que corresponde a 39% de execução física total.

O convênio com a Prefeitura de Lagoa Grande atende 233 famílias assentadas nos PA's Ilha Grande do Pontal, Morro do Mel, Lagoa das Baraúnas, Lagoa das Caraíbas e Pocinhos. Com exceção das obras de arte que ainda não foram construídas, todo o restante dos serviços previstos já foi materializado in loco.

| PA                                                                                     | MUNICÍPIO            | Implantação e Recuperação de Estradas |                             | Valor do Convênio (R\$) | STATUS de Andamento          | % de Execução |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------|
|                                                                                        |                      | Km                                    | Nº de Famílias Beneficiadas |                         |                              |               |
| Vida Nova, Terra Nova, Terra Livre e Julia Siqueira                                    | São José do Belmonte | 31,30                                 | 344                         | 1.270.780,00            | Análise do Projeto Básico    |               |
| Bom Jesus                                                                              | Orocó                | 4,00                                  | 60                          | 300.000,00              | Análise do Projeto Básico    |               |
| Nossa Senhora de Fátima e Lyndolpho Silva                                              | Petrolina            | 11                                    | 113                         | 804.025,12              | Iniciado                     | 100           |
| Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho                              | Serra Talhada        | 69,63                                 | 398                         | 3.499.699,93            | Iniciado                     | 53            |
| Timburana, Três Irmãos e São Lourenço                                                  | Serra Talhada        | 44,46                                 | 83                          | 3.532.999,06            | Iniciado                     | 39            |
| Ilha Grande do Pontal, Morro do Mel, Lagoa das Baraúnas, Lagoa das Caraíbas e Pocinhos | Lagoa Grande         | 44,97                                 | 233                         | 1.504.350,19            | Iniciado                     |               |
| Abreu e Lima                                                                           | Tacaratu             | 5,13                                  | 400                         | 270.013,85              | Suspenso - Projeto Rejeitado |               |

### iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo<br>2016                                                                                                                 | Médio prazo<br>2019 (PPA)                                                                                                                                                                               | Longo prazo<br>2020 em diante                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 185 assentamentos inseridos no CAR;<br>21 projetos de assentamento monitorados com ações de gestão ambiental.                       | CAR de todos os projetos de assentamento da regional;<br>Intensificação e expansão das atividades de monitoramento de projetos com ações de gestão ambiental Criação de novos projetos de assentamento. | O plano estratégico a longo prazo será a inserção de todos os projetos de assentamento no CAR e o monitoramento de todos que tenham plano de manejo florestal sustentável implementado. |
| Embora no exercício não tenha avançado no número de famílias atendidas pelo serviço de ATER em virtude das famílias com indícios de | Considerando que o contrato prevê o atendimento de 9.947 famílias que estão regulares na Relação de Beneficiário (RB) e considerando o                                                                  | Espera-se que, com o aprimoramento do serviço, possa-se ter um melhor desenvolvimento dos projetos de                                                                                   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| irregularidades apontadas pelo TCU, houve avanço positivo considerando que sem a presença diária da ATER nos assentamentos, não seria possível a concessão dos créditos previsto no Decreto 8.256/2014 e que foram concedidos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | trabalho de desbloqueio que vem sendo executado nesta SR, a tendência natural é incrementar o número de beneficiários atendidos pela assistência técnica, atingindo as 11.611 famílias distribuídas em 271PA's. Após o procedimento de atualização cadastral e desbloqueio, será priorizado o acesso ao crédito bancário (PRONAF), após superadas as linhas de crédito do PNRA.                                                                                                                  | assentamentos, tanto do ponto de vista produtivo, como social, educacional, garantindo a sustentabilidade das famílias possibilitando a emancipação dos assentados.                                                                                                                                                                                |
| Durante o exercício, a apresentação de propostas de infraestrutura via SICONV, foram realizadas pelos proponentes através do programa 2220120160029, em função da limitação orçamentária e limite de empenho, só foi possível a celebração de apenas um convênio, com a prefeitura de São Jose do Belmonte, para atender quatro projetos de assentamentos (Vida Nova com capacidade para 170 famílias, Terra Nova – 58 famílias, Terra Livre - 105 famílias e Julia Siqueira – 14 famílias, onde será beneficiado um total de 347 famílias. Além desse avanço, também, foi dado avanço nas obras de convênios celebrados em exercícios anteriores, atendendo diversos projetos, nos municípios de Petrolina, Serra Talhada e Lagoa Grande. | Espera-se concluir os convênios que estão em execução, como é o caso do convênio celebrado com a Prefeitura de Petrolina-PE, 100% concluído, atendendo 113 famílias nos PA's Nossa Senhora de Fátima e Lyndolpho Silva, espera-se concretizar os celebrados com as prefeituras de São José do Belmonte e Orocó, espera-se que outras avenças possam ser celebradas ou instituídas.                                                                                                               | Além da continuidade dos investimentos para atender os possíveis novos projetos criados, que se alcance o atendimento dos hoje constituídos com a possibilidade de gerenciamento juntamente com outros entes (municípios) de estrutura capaz de realizar a manutenção adequada da infraestrutura colocada nos projetos de assentamentos atendidos. |
| Dos 100 Kit's contratados, 67 foram entregues no final de 2016, com a entrega do restante (33) ocorrida no início de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Considerando a conclusão da entrega dos 100Kit's, que vai propiciar a participação dos assentados nas feiras com estrutura diferenciada para dar melhor visibilidade aos produtos oriundos do PNRA. Com a colaboração do serviço de ATER, e com a expertise adquirida por esta superintendência na entrega dos 100Kit's iniciais, espera-se um aumento significativo na qualificação da demanda nos PA's e uma maior agilidade em todo o processo de aquisição, seleção e distribuição dos Kit's | Com a melhor estruturação dos projetos de assentamentos deverão ser apresentados projetos aptos a receberem recursos do Programa Terra Sol e Terra Forte, para implementação de unidades de comercialização e agroindustrialização, propiciando melhoria de vida e maior e desenvolvimento para as famílias integrantes do PNRA                    |
| O ano de 2016 foi de difícil execução com relação à supervisão e concessão dos créditos, devido principalmente aos indícios de irregularidades apontadas pelo TCU de 6.376 beneficiários, com posterior fechamento do SIPRA em fevereiro de 2016, sendo reaberto somente em 2017. Apesar dos obstáculos encontrados por esta SR, foram disponibilizados 25 créditos instalação, modalidade Apoio Inicial I, 368 créditos Fomento Mulher, e 275 créditos supervisionados.                                                                                                                                                                                                                                                                   | Com a efetivação da atualização cadastral, regularização dos beneficiários bloqueados, e com o domínio do SNCCI, espera-se realizar o pleno atendimento de todos os beneficiários que têm direito a concessão das novas linhas de créditos estabelecidas pelo Decreto 8.256/2014 e fazer o atendimento dos novos integrantes do PNRA.                                                                                                                                                            | Que os créditos da linha do PNRA tenham atendido todas as famílias beneficiárias e que as assentadas em projetos de assentamento mais estruturados e antigos possam ser emancipadas.                                                                                                                                                               |
| Apesar da formalização dos três (3) TED's com a UNIVASF para implantação de três cursos, sendo dois                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Além da formação dos alunos dos cursos iniciados em 2016, que possam ser celebrados novos termos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Além da continuidade, que haja a ampliação do programa de formação para os beneficiários do PNRA,                                                                                                                                                                                                                                                  |

|                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (2) de graduação em Licenciatura em História e Ciências Sociais, com 50 alunos cada, o processo seletivo com o início das aulas em agosto de 2016. Todas as 150 vagas foram reservadas para o público do PNRA.                          | ampliando e diversificando as possibilidades de formação e qualificação do público do PNRA                                                                                                           | possibilitando a melhoria do nível tecnológico e de exploração dentro dos projetos com incremento de cursos voltados para ciências agrárias, por ser o foco principal da reforma agrária. |
| Foram enviadas as informações referentes ao CAR de 261 PA's, para a Universidade Federal de Lavras – UFLA, dos quais 190 foram disponibilizados para conferência final da SR29. Dos 190, 26 já foram analisados e aprovados pelo INCRA. | CAR de todos os projetos de assentamento da regional; Intensificação e expansão das atividades de monitoramento de projetos com ações de gestão ambiental Criação de novos projetos de assentamento. | O plano estratégico em longo prazo será a inserção de todos os projetos de assentamento no CAR e o monitoramento de todos que tenham plano de manejo florestal sustentável implementado.  |

**Objetivo Estratégico 02:** Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

| Atividade                                                        | Unidade de medida | Meta  | Realizado |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|-----------|
| Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR             | Und               | 6.500 | 7.089     |
| Número de Emissões de CCIR                                       | Und               | 0     | 25.633    |
| Renovação de termos de cooperação técnica para manutenção de UMC | Und               | 0     | 19        |
| Imóveis rurais certificados, via SIGEF                           | Imóveis           | 0     | 106       |
| Número de imóveis rurais georreferenciados                       | Imóveis           | 10    | 14        |
| Número de imóveis regularizados, via direta                      | Imóveis           | 111   | 41        |
| Número de imóveis rurais regularizados, via indireta             | Imóveis           | 0     | 17        |

As atualizações computadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), referentes no Plano de Metas e Créditos Orçamentários na Ação Orçamentária 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, Plano Orçamentário PO01 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro rural, foram realizadas na Sede da SR(29)/MSF e nas Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas nas prefeituras dentro da área de atuação desta Superintendência, totalizaram 7.089 imóveis cadastrados, representando 109,06% da meta que estava prevista de 6.500 imóveis para 2016.

Ressalte-se que tal fato foi possível em virtude da existência e manutenção das Unidades Municipais de Cadastro (UMC), presentes em todos os municípios que compõem a área de atuação do INCRA-SR(29). Ainda para auxiliar no bom funcionamento do serviço nas UMC's, foram realizadas duas capacitações para os agentes que apresentavam maior dificuldade na execução das atividades para o novo sistema de Cadastro, implantado em março de 2015. Em 2016, corroborado pela boa

---

infraestrutura de atendimento aos proprietários/posseiros, foram emitidos 25.633 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Para manutenção do bom atendimento prestado, através das ações do Serviço de Cadastro Rural desta superintendência, no ano de 2016 foram renovados termo de cooperação técnica com 19 prefeituras que garantem a manutenção das UMC's. Frisamos, por mais uma vez, a importância destas parcerias para o bom atendimento do público. Aproveitamos para lembrar que a UMC do Município de Ouricuri/PE completou 50 anos de existência, uma das mais antigas da região e a superintendência confeccionou uma matéria especial no site do INCRA.

Por fim, lembramos que as demais Ações Orçamentárias presentes no Caderno de Metas do ano de 2016 são da responsabilidade exclusiva do INCRA-SEDE, neste caso, a manutenção do SNCR.

Sobre as ações voltadas ao georreferenciamento da malha fundiária nacional, referentes no Plano de Metas e Créditos Orçamentários na Ação Orçamentária 210U – Organização da Estrutura Fundiária, Plano Orçamentário PO 0A – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, informamos que este processo se faz pelas ações indiretas de certificação de imóveis rurais via Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e ações de georreferenciamento via direta pela própria unidade.

Considerando a realização de georreferenciamento de forma indireta utilizando o SIGEF, foram certificados 109 imóveis rurais, totalizando 30.232,99 hectares. Nas ações no próprio sistema, o Comitê Regional de Certificação (CRC) atua em todas as ações que envolvem análises sobre as parcelas, como a verificação de confirmação de registro das propriedades realizadas pelos cartórios, análises de requerimentos de cancelamento, desmembramentos e retificações. Também se realizam análises de sobreposição entre os polígonos presentes no SIGEF.

Diretamente, realizou-se o georreferenciamento de cinco Territórios Quilombolas: T. Q. Cruz dos Riachos, T. Q. Tiririca dos Crioulos, T. Q. Santana, T. Q. Feijão e Posse e T. Q. Águas do Velho Chico e que proporcionou um grande avanço na ação quilombola. Também foi realizado o georreferenciamento de nove perímetros de projetos de assentamento, os quais foram: P. A. Josias e Samuel, P. A. Abreu e Lima, P. A. Brilhante, P. A. Cachoeira, P. A. Tanque de Ferro, P. A. Maravilha, P. A. José Ivaldo, P. A. José Ivaldo I e o P. A. Senhora Santana.

No Plano de Metas e Créditos 2016 inicialmente foi definida uma meta para regularização de 111 imóveis rurais na ação 210U – Organização da Estrutura Fundiária, Plano Orçamentário PO 09 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, via direta, e nenhum imóvel via indireta, considerando que a Superintendência não possui nenhum convênio ou termo de parceria para a realização desta ação.

Durante o exercício de 2016, foram regularizados 58 imóveis rurais, sendo 41 de forma direta e 17 de forma indireta. Com estes dados, informa-se que meta ficou abaixo do esperado, com 36,9% da execução direta, única meta estabelecida. Deve ser destacado que as presenças de imóveis

---

regularizados de forma indireta são decorrentes da continuidade dos trabalhos de regularização de imóveis remanescentes do Convênio 751754/2010, celebrado com o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE, o qual trata da regularização de imóveis no município de Araripina/PE.

Acerca dos trabalhos voltados para o atendimento da meta estabelecida, porém, não atendida, dever ser destacado que a maior parte desse trabalho é realizado tendo por objetivo promover a regularização de imóveis rurais que foram identificados em ações discriminatórias administrativas realizadas durante a década de 1980 nos municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco e em Itacuruba, sendo esse último entre os anos de 2009 e 2012, todos no Estado de Pernambuco.

No município de Itacuruba-PE, no qual foi realizado trabalho de regularização fundiária entre os anos de 2009 e 2012, quase a totalidade dos imóveis já foram titulados, porém, vários agricultores familiares posseiros não foram regularizados com a emissão dos títulos por ocorrência da reivindicação de uma área de cerca de 5.200,00 hectares e que se encontra sob estudo da FUNAI para, possível reconhecimento de território visando atender a comunidade indígena Pankará de Serrote dos Campos. Assim, tais processos encontram-se sobrestados até que se resolva a questão.

No que tange aos outros municípios, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria e Lagoa Grande, a maior dificuldade reside no fato do considerável lapso temporal entre a realização do levantamento da ação discriminatória, que se deu ainda nos anos da década de 1980 do século passado e os dias atuais. Tal lapso acarretou um descompasso entre a ocupação existente nas glebas a época das Ações Discriminatórias e a situação de muita das atuais ocupações, fato que quando resta constatado na realização da vistoria impede a emissão do título. Tal fato, sem dúvida, foi um dos maiores, dentre outras dificuldades operacionais, tais como falta de viaturas, recursos, equipe técnica, para o não atingimento da meta, visto que diversos lotes, embora tenham sido objeto do trabalho de regularização, não foram titulados pelo fato da atual ocupação não mais corresponder com a conformação dos lotes que foram demarcados antanho. Cabe ainda ressaltar que outras áreas também não foram tituladas por estarem situadas em áreas de pretensão quilombola, havendo para esses casos, parecer contrário à regularização por parte da Procuradoria Jurídica.

Observamos durante as vistorias diversos casos de parcelamentos irregulares que se originaram da venda de frações ideais das parcelas da gleba bruta, gerando um expressivo contingente de arrendatários, parceiros, posseiros ou ocupantes informais, evidenciando a necessidade de retificação da descrição tabular dos imóveis discriminados, pois há vários casos de indefinição da delimitação espacial pela ausência de materialização de vários vértices e das mudanças nas ocupações dos imóveis, em especial na Gleba Carranca em Santa Maria da Boa Vista, tendo como resultado uma série de litígios devido ao lapso temporal de mais de 32 anos.

---

No que concerne à documentação da terra, predominantemente são agricultores que apresentam apenas o contrato de compra e venda da terra e não possuem a documentação regularizada. Isto acontece porque quando ocorre a aquisição do imóvel é informal e não registrado em cartório, como deveria de ser. Também ocorrem casos de falecimento dos patriarcas, com heranças que não são adequadamente divididas, permanecendo os filhos e descendentes na posse do imóvel, muitas vezes, desconsiderando-se o processo de regularização fundiária das famílias que, respectivamente, não detém a titularidade da terra, pois obtiveram o imóvel apenas através de contratos de aquisição ou de herança.

Há casos de agricultores que apresentam parcelas regularizadas e outras parcelas ainda não regularizadas. Para os agricultores, o programa é de grande ajuda e tem concretizado um desejo antigo deles, que é o acesso ao título da terra e a todos os benefícios concomitantes a esta titulação. Todos relacionam o INCRA como instituição promotora da regularização fundiária nas zonas rurais em que se inserem.

As implicações desses problemas refletem-se na impossibilidade de aplicação nas políticas públicas sociais e de incentivos à produção, que ainda não alcançam todo seu público prioritário pela simples falta de documentação da terra. Tolhe como resultado, a possibilidade de melhorar as condições socioeconômicas da família, da valorização da terra, de conhecimento sobre o imóvel rural, da segurança jurídica de se investir na unidade, além de se sentirem donos do local onde vivem, de acessar a investimentos e a programas sociais.

Embora o custo seja ainda o principal entrave da regularização dos imóveis rurais, seja dentro da esfera pública ou da regularização por meios privados, conclui-se que se faz necessária a realização de novas Ações Discriminatórias para promover a regularização fundiária e a arrecadação de terras públicas nos municípios que não passaram por este procedimento, bem como promover ações localizadas e dirigidas naqueles onde tais ações já foram realizadas, com vistas a promover o reordenamento da malha fundiária na jurisdição da SR 29 -MSF.

Para a melhoria do processo de regularização fundiária faz-se necessária a digitalização do nosso acervo fundiário produzido por ocasião das ações realizadas nos idos dos Anos 1980 aliada a maior agilidade na coleta de informações precisas e atualizadas dos imóveis no âmbito da área de atuação desta superintendência bem como a articulação das ações com outras instituições na promoção dessa política para conseguir uma célere entrega dos títulos produzidos. Tais instituições devem realizar um estudo conjunto da situação fundiária para realizar planejamento dos trabalhos a serem realizados e atuando de maneira coordenada para lograrem êxito no bom cumprimento das etapas dos serviços dos procedimentos regulatórios.

Planejamento 2017

1. O Atendimento apenas das demandas intempestivas de regularização fundiária no âmbito de nossa jurisdição;
2. Planejar a digitalização do Acervo Fundiário produzido nas ações discriminatórias dos anos 1980;
3. A elaboração de estudos e articulações com demais instituições envolvidas nos processo de regularização fundiária para promover Ações Discriminatórias nos municípios onde ela ainda não foi realizada.
4. Articular reuniões com os atores envolvidos na questão (MPF, INCRA, FUNAI) e buscar soluções efetivas para a problemática situação do município de Itacuruba-PE

#### Planejamento 2018

1. Implementar Ação Discriminatória em pelo menos um município na jurisdição desta SR.
2. Implementar ações de reordenamento da malha fundiária da Gleba Carranca no Município de Santa Maria de Boa e na Gleba Mandacaru em Belém do São Francisco-PE.

#### Planejamento 2019

3. Concluir Ação Discriminatória iniciada no ano anterior município na jurisdição desta SR.
4. Implementar ações de reordenamento da malha fundiária no município de Orocó e Cabrobó.

| <b>Curto prazo<br/>2017</b>                                                                                                                         | <b>Médio prazo<br/>2019 (PPA)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>Longo prazo<br/>2020 em diante</b>                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Manutenção e gerenciamento dos sistemas, no âmbito da superintendência.<br>Georreferenciamento de 47 Projetos de Assentamento e seus parcelamentos. | Com a implantação do novo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), e da DP Eletrônica, promoção de número expressivo de atualizações via internet alcançando, quiçá, toda a jurisdição desta SR.<br>Espera-se que até o final do PPA, todos os Projetos de Assentamento da Regional estejam com seus perímetros certificados. | Maior Aprimoramento do SNCR, capacitação de mais representantes das Unidades Municipais de Cadastro e conversão em salas da cidadania digital e intensificar a supervisão destas Unidades. |

**Objetivo Estratégico 03:** Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

| Atividade                                                                                                                        | Unidade de medida | Meta  | Realizado |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|-----------|
| Área total de imóveis vistoriados / Hectares                                                                                     | Ha                | 5.192 | 0,00      |
| Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado                                                                        | Imóveis           | 9     | 3         |
| Número de famílias assentadas                                                                                                    | Famílias          | 104   | 27        |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária      | ha                | 0     | 0         |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária | ha                | 0     | 2.015,56  |
| Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)      | Parcelas          | 296   | 69        |

## *ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação*

No ano de 2016, a principal atividade em relação à ação de prospecção e obtenção de terras, foi a confecção do Relatório de Análise do Mercado de Terras (RAMT), contendo as respectivas Planilhas de Preços Referenciais de Terra (PPR's), documento que revela a dinâmica do mercado de terras na circunscrição da regional do Médio São Francisco, considerando os diversos aspectos que influenciam na valoração da terra, e que é obrigatório para a realização das mesas técnicas que ratificam os Laudos de Avaliação de Imóveis Rurais, indicando os valores de mercado para indenizações e aquisições visando a implantação de Projetos de Assentamento. Tal estratégia foi adotada em função da necessidade em atualizar as informações disponíveis do mercado de terra, a dificuldade em obter terras por desapropriação, considerando que a maioria dos imóveis com processos administrativos instruídos estão em municípios abrangidos por decretos estaduais de calamidade pública em virtude da estiagem prolongada e das dificuldades operacionais persistentes, como a necessidade na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e de renovação da frota de veículos.

Atualmente, com a equalização dos principais entraves à realização de vistorias e com a renovação dos decretos referentes à situação de seca prolongada, formas alternativas à aquisição de imóveis rurais através da desapropriação surgem com grande possibilidade para obtenção de imóveis

em qualidade e de forma vantajosa para a administração, a exemplo da compra e venda (Dec. Nº 433/92), adjudicação, compra direta e expropriação. Neste aspecto, importa informar da construção de parceria com a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de forma a proporcionar à Autarquia participação efetiva das execuções fiscais envolvendo detentores de imóveis rurais de interesse para a reforma agrária, via adjudicação dos respectivos imóveis, inclusive com a publicação de Ordem de Serviço disponibilizando três Engenheiros Agrônomos (Peritos Federais Agrários) que irão funcionar como assistentes técnicos da Fazenda Nacional em assuntos inerentes à inteligência técnica do INCRA e dos profissionais.

No que se refere ao assentamento de novas famílias, o ano de 2016 foi marcado pela suspensão da ação de cadastro e seleção de famílias por determinação do Tribunal de Contas da União, a partir do Acórdão Nº 775/2016. Com a conclusão da execução do Plano de Providências, para verificação dos indícios de irregularidades apontados, pactuado com o órgão de controle, a ação deverá ser novamente retomada em sua plenitude, de forma a promover o assentamento de famílias de acordo com os objetivos estratégicos da Autarquia.

### iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo<br>2016                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Médio prazo<br>2019 (PPA)                                                                                                                                                                                                             | Longo prazo<br>2020 em diante                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Vistoria em imóveis rurais objeto de compra e venda, adjudicação e compra direta.<br>Destinação áreas obtidas por expropriação;<br>Conclusão do assentamento de famílias nos novos projetos de assentamento criados;<br>Assentamento de famílias em vagas ociosas de assentamentos criados em exercícios anteriores. | Obtenção de imóveis por modalidades alternativas;<br>Recadastramento e qualificação e priorização do público-alvo (acampados);<br>Intensificação das atividades supervisão ocupacional;<br>Criação de novos projetos de assentamento. | Os Resultados estratégicos previstos para 2020 serão estabelecidos com base no PPA ainda a ser elaborado pela INCRA/MDA. |

**Objetivo Estratégico 04:** Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

| Atividade                                                | Unidade de medida | Meta  | Realizado |
|----------------------------------------------------------|-------------------|-------|-----------|
| Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher | Crédito           | 2.984 | 353       |
| Número de mulheres beneficiárias com ATER                | Mulheres          | 0     | 6.673     |

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem como parâmetro o atendimento ao núcleo familiar, onde insere-se a mulher assentada que tem assegurada a participação em todos os seus procedimentos, com a promoção de atividades específicas de interesse das mulheres, como a organização e confecção de projetos para aplicação do Fomento Mulher.

O Crédito Fomento Mulher, embora não tenha sido possível se atingir a meta estabelecida, foi o mais operacionalizado em 2016, resultando na qualificação de 368 beneficiárias, das quais 353 tiveram o crédito concedido e às demais deverão receber os valores no início do exercício de 2017. visto que foram qualificadas ainda em 2016.

Como não foi estabelecida uma meta específica para atendimento de mulheres nesta Superintendência, no entanto, como o objetivo do PNRA através da ATER é atender o núcleo familiar, que na maioria das vezes é constituída por mulheres, das 9.947 famílias passíveis de serem atendidas pela ATER, 9.436 famílias foram atendidas com alguma ação de assistência técnica, ou seja, cerca de 95%, segundo dados extraídos do SIATER, que apesar dos bloqueios gerados pelo Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, nº 775/2016, a SR/29 vem atendendo todas as famílias que estão regularmente assentadas nos projetos de assentamento.

| Curto prazo<br>2016                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Médio prazo<br>2019 (PPA)                                                                                                                                                          | Longo prazo<br>2020 em diante                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A despeito das dificuldades referentes a atualização cadastral dos beneficiários no sistema SIPRA, o qual, perdurou de abril até dezembro de 2016, o que dificultou uma maior amplitude na aplicação do referido crédito, mesmo assim, foram concedidos 353 créditos, efetivamente pagos e que poderão ser aplicados em atividades produtivos, conforme o projeto elaborado pelas prestadoras de ATER. | A expectativa é que se alcance a implementação do crédito Fomento Mulher permitindo uma maior integração do público feminino no processo de produção nos Projetos de Assentamento. | Que, em decorrência dos frutos obtidos com a aplicação dos créditos do Fomento Mulher as famílias beneficiárias do PNRA tenham alcançado maior autonomia produtiva e segurança alimentar. |

**Objetivo Estratégico 05:** Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|-----------|-------------------|------|-----------|
|-----------|-------------------|------|-----------|

|                                                                                                           |    |    |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|---|
| Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados | ha | 01 | 0 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|---|

A meta referente à publicação do RTID não foi contemplada em virtude de sua complexa natureza multidisciplinar, envolvendo vários profissionais de setores diversos desta SR (Serviços Cartográficos, Agrônômicos, Jurídicos e Antropológicos). Por essas razões o processo com o KIT-RTID foi encaminhado para análise jurídica **dentro nos meses** finais do exercício e fora devolvido com o Parecer Jurídico em janeiro de 2017. A inviabilização do envio em tempo hábil para publicação em 2016 aconteceu devido a extensa demanda de processos sob análise da PFE/INCRA SR 29, que conta com apenas uma procuradora.

| Curto prazo<br>2017                                                             | Médio prazo<br>2019 (PPA)                                                                                                                                                                                                                    | Longo prazo<br>2020 em diante                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A meta para 2017 prevê a publicação de 01 RTID e 01 Portaria de Reconhecimento. | Estima-se que até 2019, 06 RTIDs sejam publicados; 04 novos Relatórios Antropológicos sejam concluídos; 05 Portarias de Reconhecimento; 04 Decretos por interesse Social sejam publicados; e dois territórios sejam vistoriados e avaliados. | De 2020 em diante, esperamos titular em 04 Territórios Quilombolas, além de ampliarmos o número e o ritmo de publicação de RTIDs, Portarias de Reconhecimentos e Decretos por interesse Social. |

**Objetivo Estratégico 06:** Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.

| Atividade                                 | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|-------------------------------------------|-------------------|------|-----------|
| Número de jovens assentados (até 29 anos) | Jovens Assentados | 0    | 5         |

\* A Portaria nº 06/2013 do MDA prevê: "§ 3º Nos assentamentos com vinte lotes ou mais, havendo demanda, deverão ser reservadas até 5% (cinco por cento) das suas parcelas para o assentamento de jovens trabalhadores rurais solteiros, com idade não superior a 29 (vinte e nove) anos, residentes ou oriundos no meio rural, e que nele desejem permanecer ou a ele retornar."

## ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Para o exercício não foi prevista nenhuma ação específica para esta atividade. Contudo foram assentadas cinco novas famílias com idade até 29 anos, correspondendo a 18% do número de assentados no ano de 2016. Este percentual atende à Portaria nº 06/2013 do MDA. Os novos assentados foram incluídos em 16 Projetos de Assentamento, todos no Estado de Pernambuco. A seleção de jovens para o PNRA também foi prejudicada pela suspensão do cadastro e seleção de famílias por recomendação do TCU, conforme já relatado.

| <b>Curto prazo<br/>2016</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>Médio prazo<br/>2019 (PPA)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Longo prazo<br/>2020 em diante</b>                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| No ano de 2016 foram atendidos os requisitos legais para o assentamento de jovens de até 29 anos, ou seja, de assentamento de pelo menos 5% de jovens, no caso os jovens assentados representaram 18% do total de beneficiários. | Manter o que determina a Portaria nº 06/2013 do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (reservar 5% das parcelas dos assentamentos com vinte lotes ou mais, para jovens trabalhadores rurais solteiros com idade até 29 anos);<br>Observar a destinação de parte das parcelas originárias de abandono, desistência e exclusão em assentamentos criados em anos anteriores para o assentamento de jovens trabalhadores rurais solteiros com idade até 29 anos nos assentamentos com vinte lotes ou mais. | Manter e/ou ampliar o que determina a Portaria 06/2013 do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (reservar 5% das parcelas dos assentamentos com vinte lotes ou mais, para jovens trabalhadores rurais solteiros com idade até 29 anos). |

### 3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

| <b>Caracterização</b>            |                | <b>Prestação de contas de convênios vigentes</b> |                 |    |
|----------------------------------|----------------|--------------------------------------------------|-----------------|----|
| Quantidade de convênios vigentes | 7              | Prestadas                                        | Dentro do prazo | 02 |
|                                  |                |                                                  | Fora do prazo   | 0  |
| Total de valores repassados      | R\$ 478.010,19 | Não prestadas                                    | Dentro do prazo | 05 |
|                                  |                |                                                  | Fora do prazo   | 0  |

#### *i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos*

No exercício de 2016, as transferências vigentes na Superintendência Regional do Médio São Francisco totalizaram 07 (sete) ajustes. Em termos financeiros, os recursos repassados até o exercício somaram R\$ 6.288.199,58 (seis milhões duzentos e oitenta e um mil reais, cento noventa e nove reais e cinquenta centavos) e o repasse no exercício foi R\$ 478.010,19 (quatrocentos e setenta e oito mil dez reais e dezenove centavos).

---

Destacamos que ao longo de 2016, foi firmado pela Superintendência um novo convênio com a Prefeitura Municipal de São José de Belmonte no montante de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) para beneficiar 335 famílias.

Os 07 (sete) convênios supracitados estão relacionados com as Ações de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos e Regularização Fundiária, sendo 06 (seis) convênios com objetos voltados a Ação de Infra e 1 (um) direcionado para ação de Regularização Fundiária, dos quais, apenas o voltado ao Programa de Regularização fundiária teve seu período de vigência encerrado em 2015, onde o conveniente apresentou prestação de contas em 12 de janeiro de 2016.

Os valores repassados fazem referência a 02 (dois) convênios de Infraestrutura, onde os valores foram repassados conforme pactuados em termos de convênios.

### 3.3- Desempenho operacional

#### 3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

O desempenho da Superintendência Regional do INCRA no médio São Francisco (SR-29/MSF) no que diz respeito à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em 2016, se desenvolveu nas ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

##### i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligada ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso |                                                                                 |                              |       |                 |                       |                   |                   |                     |               |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------|-----------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição                                                                              |                                                                                 | Execução física              |       |                 | Execução orçamentária |                   |                   | Execução financeira |               |                |
| Ação                                                                                   | Plano orçamentário                                                              | Unidade (produto/unidade)    | Meta  | Execução física | Meta orçamentária     | Provisão recebida | Despesa empenhada | Despesa liquidada   | Valores pagos | Restos a pagar |
| 2105-PO 01<br>2105-PO 02                                                               | Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural                                  | Atualização Cadastral        | 6.500 | 7.089           | R\$ 28.193,00         | R\$ 50.648,41     | R\$ 42.579,51     | R\$ 30.964,41       | R\$ 30.964,41 | R\$ 0,00       |
| 210U-PO0A                                                                              | Georreferenciamento de Imóveis Rurais                                           | Imóveis Georref.             | 10    | 14              | R\$ 1.411,00          | R\$ 18.133,93     | R\$ 8.481,33      | R\$ 8.320,85        | R\$ 8.320,85  | R\$ 0,00       |
| 210U-PO09                                                                              | Regularização Fundiária de Imóveis Rurais                                       | Imóveis/ Posse Regularizados | 111   | 58              | R\$ 27.090,00         | R\$ 37.873,59     | R\$ 26.729,37     | R\$ 24.962,62       | R\$ 24.962,62 | R\$ 0,00       |
| 210Z-PO03                                                                              | Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas | RTID                         | 1     | 0               | R\$ 0,00              | R\$ 0,00          | R\$ 0,00          | R\$ 0,00            | R\$ 0,00      | R\$ 0,00       |
| 210Z-PO04                                                                              | Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de                         | Títulos Definitivos          | 0     | 0               | R\$ 57.616,00         | R\$ 57.615,64     | R\$ 49.846,25     | R\$ 49.846,25       | R\$ 49.846,25 | R\$ 0,00       |

|  |                         |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|-------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  | Territórios Quilombolas |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|-------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|

| Execução de restos a pagar |                                                                                 |                                 |             |                 |               |                |           |             |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-------------|-----------------|---------------|----------------|-----------|-------------|
| Ação                       | Plano orçamentário                                                              | Unidade<br>(produto/unidade)    | Meta física | Execução física | RAP inscritos | RAP cancelados | RAP pagos | RAP a pagar |
| 2105-PO 01<br>2105-PO 02   | Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural                                  | Atualização Cadastral           | 6.500       | 7.089           | 0             | 0              | 0         | 0           |
| 210U-PO0A                  | Georreferenciamento de Imóveis Rurais                                           | Imóveis Georref.                | 10          | 14              | 0             | 0              | 0         | 0           |
| 210U-PO09                  | Regularização Fundiária de Imóveis Rurais                                       | Imóveis/<br>Posse Regularizados | 111         | 70              | 0             | 0              | 0         | 0           |
| 210Z-PO03                  | Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas | RTID                            | 1           | 0               | 0             | 0              | 0         | 0           |
| 210Z-PO04                  | Títulos Definitivos                                                             | Títulos Definitivos             | 0           | 0               | 0             | 0              | 0         | 0           |

#### F1 – Cadastro Rural

Nas ações 2105 – PO 01 e 2105 – PO 02 que trata do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, esta regional recebeu R\$ 50.648,41 e empenhou R\$ 42.579,51, empregados em Suporte Finalístico e Ações de Fiscalização de Imóveis Rurais na Jurisdição, tendo como meta 6.500 atualizações cadastrais vide SNCR e realizou-se 7.089 que representa 109,06% da meta prevista. Sobre a capacitação de servidores nas UMC, dois servidores receberam treinamento. Desta forma, se manteve por todo o ano de 2016 todo o funcionamento de UMC nos 42 municípios que compõem a área de atuação da SR/29, devendo-se ressaltar que houve a renovação de 19 Termos de Cooperação Técnica junto as prefeituras para a manutenção das UMC. Durante o exercício também foi realizado treinamento de dois agentes de uma UMC (Floresta e Lagoa Grande) e a supervisão de outras 10 UMC's (Exu, Ouricuri, Santa Cruz, Bodocó, Trindade, Parnamirim, Belém do São Francisco, Abaré, Cabrobó e Ipubi), trabalho que demandou a maior utilização dos recursos, tendo em vista que é executado nos municípios sedes das unidades. Outra parte dos recursos foram utilizados para o treinamento e participação de servidores na legislação de aquisição de imóveis por estrangeiros, realizados em Brasília e Minas Gerais.

#### F2 – Georreferenciamento da Malha Fundiária

Na ação 210U – PO 0A que trata o Georreferenciamento de Imóveis Rurais, esta regional recebeu R\$ 18.133,93 e empenhou R\$ 8.481,33, utilizados em Suporte Finalístico, Georreferenciamento de Imóveis Rurais no Território da Cidadania e Georreferenciamento de Imóveis Rurais na Jurisdição, tendo como meta 10 imóveis a serem georreferenciados e se realizou 14, correspondendo a 140% da meta. Foram nove projetos de assentamento e cinco Territórios Quilombolas. Realizou-se excursões a campo para georreferenciamento de imóveis rurais na área de jurisdição do INCRA, contudo não geraram georreferenciamento, devido a problemas nas divisas e confrontantes.

#### F3 – Regularização Fundiária

Na ação 210U – PO 09 que trata da regularização de imóveis rurais, esta regional recebeu R\$ 37.873,59 e empenhou R\$26.729,37, empregados em Suporte Finalístico e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais. A meta foi estabelecida em 111 imóveis a serem regularizados. O trabalho é decorrente de atos complementares visando a regularização de áreas que foram discriminadas durante a Década de 1980 nos municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó e Belém do São Francisco e em Itacuruba, esse último no entre os anos de 2009 a 2012. Ao final do exercício, foram expedidos 58 títulos no total, correspondendo a 52,25% da meta. Pode-se afirmar que todas as ações necessárias para se atingir a meta foram tentadas, contudo, muitos imóveis não puderam ter continuidade no processo devido a falta de documentação dos posseiros, análise de restrição de áreas com impossibilidade de geração de títulos, sobreposição de lotes com áreas requeridas para regularização quilombola.

#### F4 – Serviço Quilombola

Nas ações 210Z – PO 03 e 210Z – Po 04 que trata do Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas almejando a publicação de Relatórios de Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) a meta definida para o exercício era a publicação de um RTID. A regional recebeu R\$ 57.615,64 e empenhou 49.846,25, empregados em Suporte Finalístico e Ações de Reconhecimento e Delimitação. A meta não foi alcançada neste ano de 2016, devido a uma

série de contratempos, dentre eles as dificuldades em identificar os proprietários por meio de pesquisas cartoriais e o fato de haver apenas uma Procuradora lotada na PFE desta SR, que com o acúmulo de serviço não teve o tempo hábil para entregar o Parecer Jurídico, que foi encaminhado no final do exercício e entregue em janeiro 2017, com algumas recomendações que devem ser atendidas. Vale ressaltar que todo o recurso investido foi na continuidade de ações importantes, como a produção das peças (levantamento fundiário, cadastro de famílias, planta e memorial descritivo), do RTID das comunidades que fizeram parte do lote do Pregão que contratou e executou 6 relatórios antropológicos; como também em realização de reuniões nas comunidades, destravamento de processos, emissão de DAPs.

*ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica*

| <b>Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016</b> |   |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|----------|
| <b>Processos protocolados</b>                                                                           |   |          |
| Estoque inicial de processos protocolados até 2016                                                      |   | 0        |
| Processos protocolados em 2016                                                                          | + | 0        |
| Processos analisados em 2016                                                                            | - | 0        |
| Estoque final de processos protocolados em 2016                                                         | = | 0        |
| <b>Processos analisados</b>                                                                             |   |          |
| Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)    |   | 0        |
| Processos analisados em 2016                                                                            | + | 0        |
| Processos arquivados em 2016 (a)                                                                        | - | 0        |
| Processos certificados em 2016 (b)                                                                      | - | 0        |
| Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)      | = | 0        |
| <b>Processos concluídos</b>                                                                             |   |          |
| Processos arquivados em 2016 (a)                                                                        | + | 0        |
| Processos certificados em 2016 (b)                                                                      | + | 0        |
| <b>Total de processos concluídos (a + b)</b>                                                            |   | <b>0</b> |

*Análise*

Informa-se que não existem mais processos de certificação nesta superintendência regional. Todas as parcelas estão sendo certificadas via o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, e no próprio sistema são realizados análises de sobreposição, cancelamento, retificação, desmembramento, remembramento e de registro pelo Comitê Regional de Certificação - CRC da Superintendência.

Pelo SIGEF foram certificadas 109 imóveis rurais, totalizando 30.232,99 hectares. Considerando as análises realizadas, o CRC agiu sobre 79 requerimentos, onde 57 (72%) foram deferidos e 22 (28%) indeferidos. Todos os requerimentos foram analisados e findados. O tempo de análise de cada requerimento varia conforme o teor ou a necessidade exposta. Na média os requerimentos são

---

finalizados em 11 dias corridos, sendo o mais demorado finalizado em 92 dias, mas a grande maioria foram analisados no mesmo dia do requerimento.

Neste ano de 2016, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária realizou o Programa de Auditoria da Certificação – ano base 2013/2014. O CRC-SR-29 realizou auditoria em 29 parcelas certificadas selecionadas aleatoriamente. Dentre as parcelas auditadas, 7 (24%) foram deferidas, 17 (59%) foram indeferidas e 5 (17%) ainda estão em análise, pois os responsáveis técnicos não responderam a nenhuma notificação do CRC.

No âmbito da Superintendência Regional do Médio São Francisco, diversas iniciativas têm sido tomadas visando ao conhecimento da malha fundiária dentro da sua área de atuação, dentre as quais, podemos destacar: Triagem nos dados cartográficos contidos no banco de dados da SR a fim de identificar, corrigir e eliminar inconsistências.

De acordo com os limites municipais definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em sua atualização mais recente, a área total de atuação da Superintendência do INCRA no Médio São Francisco - SR-29, contendo seus 42 municípios, é de 6.887.602 hectares.

Tem se buscado a atualização da base de dados com informações cartográficas obtidas junto a diversas entidades, tais como CHESF, CODEVASF, FUNAI, SPU, Órgãos Estaduais, ICMBio, etc., como medida preventiva à ocorrência de sobreposições e conflitos.

Pretende-se, com auxílio do INCRA-SEDE digitalizar o grande acervo fundiário realizado na década de 1980 presente na superintendência e que até hoje auxilia nos serviços da regional, inclusive, possibilitando a emissão de títulos nas referidas áreas, porém encontra-se em sua quase totalidade de forma analógica, organizados em mapas físicos.

Tratando-se de Projetos de Assentamento, a superintendência possui 274 imóveis neste perfil, abrangendo uma área total de 9.392.437 hectares. Até o fim do exercício relatado 29 perímetros de projetos de assentamento foram certificados conforme a Lei 10.267/01, porém a expectativa é que no próximo exercício esse número aumente substancialmente.

As Áreas Quilombolas dentro da área de atuação da SR identificadas são 12, contudo, a maioria ainda são áreas em estudo e podem ser alteradas conforme o avanço dos trabalhos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SR(29), com um total de área estimado em 40.970 hectares. Neste ano, foram gerreferenciados cinco territórios quilombolas: T. Q. Cruz dos Riachos, T. Q. Tiririca dos Crioulos, T. Q. Santana, T. Q. Feijão e Posse e T. Q. Águas do Velho Chico

Área indígenas sob a jurisdição do INCRA-SR(29), retiradas junto a página online do Fundação Nacional do Índio - FUNAI, são 12 áreas, abrangendo um total de 178.678 hectares.

Informamos que o Rio São Francisco, em valor de área, não é contabilizado nestes cálculos apresentados.

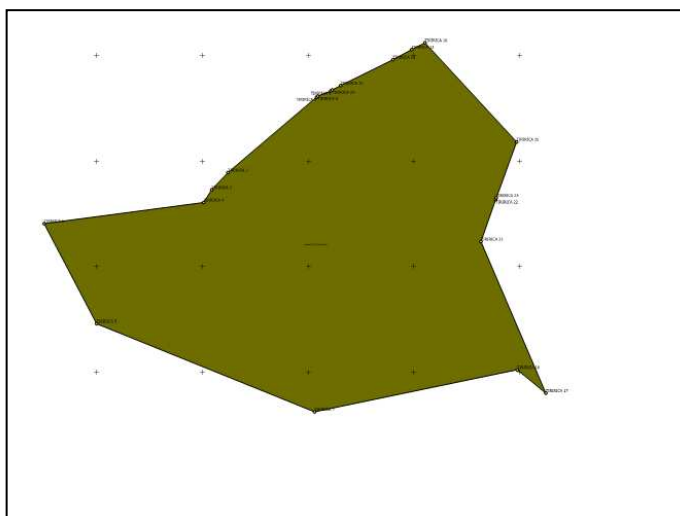
Por fim, informamos que existem áreas de outros órgãos e instituições públicas e privadas que possuem propriedades na jurisdição do INCRA-SR(29), como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Vale do Parnaíba - CODEVASF, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, e outros mais, que não estão totalmente compilados em nosso Banco de Dados Cartográfico pelo fato que todos estes dados devem ser confeccionados para a

nossa atual estrutura cartográfica, e assim, ainda não se torna possível apresentar o valor de suas áreas.

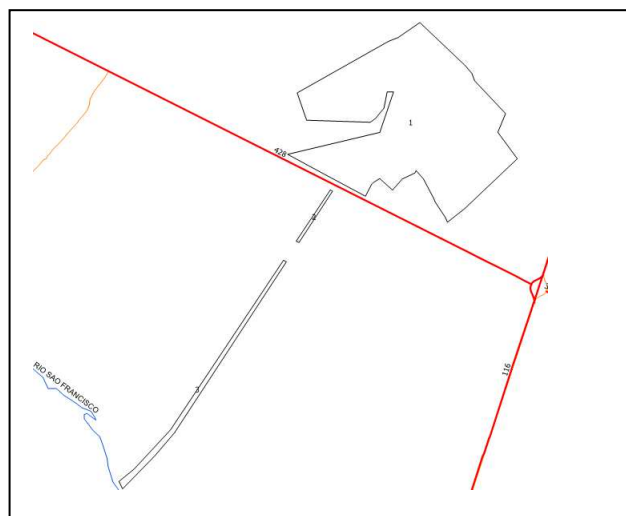
*iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.*

Na Superintendência Regional do Médio São Francisco (SR-29), há uma demanda de trinta e cinco (35) Processos de Regularização Fundiária de Comunidades Quilombolas. Dessas comunidades, duas (02) encontram-se em estágio de desintrusão, sendo que uma delas já tem uma parcela de seu território titulado; dezenove (19) estão apenas com processo aberto; seis (06) com RTID já iniciado; duas (02) com RTID concluído e publicado; uma (01) encontra-se desterritorializada, em situação de obtenção de terras para reassentamento; e cinco (05) em fase de elaboração do Pregão para contratação de Relatórios Antropológicos.

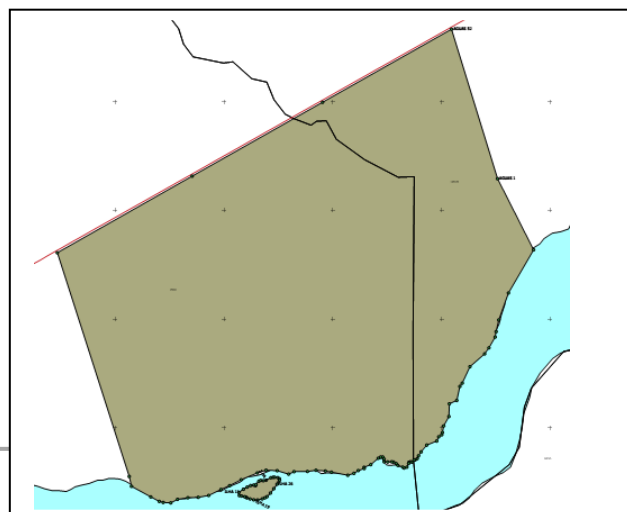
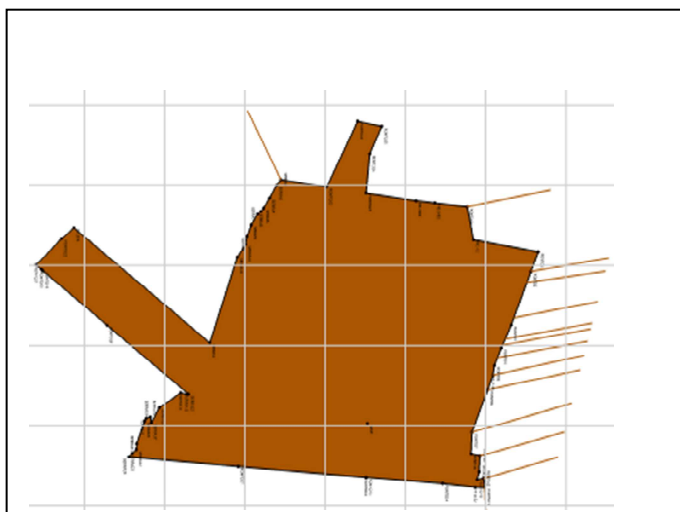
O Serviço Quilombola desta SR priorizou, com a liberação dos recursos, dar prosseguimento à produção das peças dos RTID's das comunidades que fizeram parte do Pregão realizado pelo INCRA em 2011, quais sejam Águas do Velho, Cruz dos Riachos, Fazenda Santana, Tiririca dos Crioulos (cadastro das famílias, levantamento fundiário e planta e memorial descritivo) e Feijão e Posse (levantamento fundiário e planta e memorial descritivo). Abaixo, os mapas das Comunidades georreferenciadas:



Tiririca dos Crioulos – 2.104.6280 ha

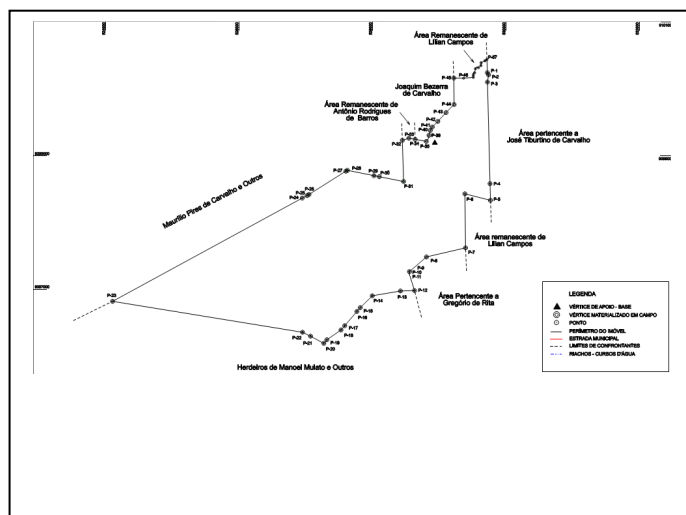


Cruz dos Riachos – 325,457 ha



Fazenda Santana – 1.446,287 ha

Águas do Velho Chico – 4.696,3837 ha



Feijão e Posse – 857,9988 ha

No que se refere ao Inquérito Civil Público nº 1.26.001.000028/2009-11, que tramita na Procuradoria da República Polo Juazeiro/Petrolina, considerando o risco iminente em decorrência da construção das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, que impactarão as Comunidades Quilombolas de Serrote, Inhanhum, Cupira (Santa Maria da Boa Vista-PE) e Nova Jatobá (Curaçá-BA), situadas na área de atuação desta SR, temos tido o zelo necessário para que a situação seja resolvida. Ao longo do ano, o diálogo foi retomado com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF para a descentralização do recurso, via Termo de Execução Descentralizada (TED), para elaboração dos respectivos Relatórios Antropológicos. As tratativas avançaram, sobretudo no que diz respeito à inserção da Comunidade Quilombola Saruê, localizada em Santa Maria da Boa Vista-PE, entre as beneficiadas; e à conclusão da instrução do Processo 54141.000293/2016-15, que, assim, foi submetido à análise da Procuradoria Federal Especializada, que elaborou o PARECER Nº 55/2016/SR-29/PFE/INCRA-Petrolina/PE (fls. 51-64), cujas recomendações foram atendidas, com exceção da necessidade de que a CODEVASF apresentasse uma comprovação de disponibilidade orçamentária do montante de R\$ 784.562,53, valor que chegamos após a atualização da pesquisa de preços e confecção das novas planilhas de custos. A ausência desse comprovante impossibilitou que os trabalhos culminassem no Pregão regional e posterior contratação da empresa executora.

Quanto à Comunidade Negros de Gilú, localizada em Itacuruba-PE, envidamos os devidos esforços para que, em 2015, a Fazenda Boa Sorte – área de aproximadamente 900ha da qual os quilombolas mantêm relações de trabalho com o proprietário – fosse avaliada. O Relatório de Avaliação necessita apenas de alguns ajustes por parte dos agrônomos responsáveis. Entretanto, por ser uma Comunidade desterritorializada pelo total alagamento de seu território tradicional em função da construção da Hidrelétrica de Itaparica, nos empenhamos, em 2016, para, junto ao Ministério Público Federal e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, construir a melhor alternativa para o “assentamento” da Comunidade, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de aquisição via Decreto 433/92 no bojo de um Processo de Regularização

---

Quilombola, dada a impossibilidade de caracterizar a ocupação tradicional e, assim, decretar o interesse social.

Sobre a Comunidade Quilombola de Curral da Pedra - Taratás, Eldorado e Adjacências, o processo foi “destravado” com a identificação e notificação dos herdeiros dos espólios de proprietários de imóveis inseridos no perímetro e dos confrontantes. Ainda assim, restaram quatro (04) pessoas as quais não foram encontradas, em que terão suas notificações realizadas por Edital. Assim, a Portaria de Reconhecimento do Território é uma possibilidade iminente. A Comunidade de Contendas/Tamboril também possui RTID publicado, contudo, há um parecer da PFE/INCRA orientando que se aguarde o desfecho da Ação de Desapropriação do principal imóvel do Território, para só então dar andamento nas demais etapas. Estas duas últimas Comunidades se encontram imitidas na posse de parte substancial do Território reivindicado, graças a ações judiciais de desapropriação movidas pelo INCRA/SR(29).

A Comunidade Massapê estava com o processo paralisado, aguardando os estudos de identificação e delimitação da FUNAI na TI Pankará. Em 2016, por ocasião dos referidos estudos, dos quais participamos, nos reunimos com a Comunidade, que expôs as razões pelas quais solicitou abertura do Processo no INCRA e afirmou, de forma unânime, que se autorreconhece indígena, o que levou ao arquivamento do Processo de Regularização Fundiária de Território Quilombola.

No estágio de desintrusão, etapa derradeira do Processo, se encontram os Territórios de Conceição das Crioulas e de Santana III. Vale lembrar que, no caso de Conceição das Crioulas, esse processo foi recebido como passivo da Fundação Cultural Palmares e atualmente conta com pouco mais de dois mil hectares (2000 ha) titulados em nome da Associação da comunidade.

A emissão de DAP para as famílias quilombolas das comunidades de Cupira e Inhanhum foi uma ação importante. Para tanto, contamos com o apoio da Coordenação Geral Quilombola do INCRA Sede (DFQ), que descentralizou o recurso. Encontramos empecilhos para atender as demandas, sobretudo porque os sindicatos rurais e o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA se eximiram da corresponsabilidade de emissão das DAP's. Nesse sentido, iniciamos o diálogo interinstitucional para sanar o impasse.

O RTID da Comunidade Quilombola de Jatobá era meta para o ano de 2016, entretanto, apesar de todo o empenho do Setor em entregar todas as peças técnicas em tempo hábil, não foi possível a sua publicação devido a uma série de contratempos, dentre eles as dificuldades de identificação dos proprietários por meio de pesquisas cartoriais, o fato de haver apenas uma Procuradora lotada na Procuradoria Federal Especializada(PFE) desta SR, o acúmulo de serviço acabou por atrasar a entrega do Parecer Jurídico. Por conseguinte, este Parecer só nos foi entregue em janeiro 2017 e com algumas recomendações, que devem ser atendidas. Ressaltamos que o RTID é uma etapa multissetorial, não dependendo apenas do Setor de Regularização de Territórios Quilombolas.

Foram realizadas, além das incursões a campo para o desenvolvimento dos trabalhos acima mencionados, uma série de reuniões: na Procuradoria da República em Serra Talhada, para tratar da avaliação e possível aquisição da Fazenda Boa Sorte, para a Comunidade Negros de Gilú, situada em Itacuruba-PE; em Abaré-BA, na Comunidade Curral da Pedra, para levantamento de informações prévias às notificações de ocupantes e confrontantes referidos anteriormente; em Cabrobó-PE, na Comunidade Contendas/Tamboril, para coletar informações de mesma natureza, e na Comunidade Fazenda Santana, com o objetivo de discutir os resultados do Levantamento Fundiário e Cadastro de Famílias, realizar buscas cartorárias e mediar conflito; em Salgueiro-PE, na Comunidade Conceição das Crioulas, com o fulcro de debater a gestão territorial de áreas desintrusadas; e em Serra Talhada-

PE, na Comunidade Catolé dos Índios Pretos, para realizar o nivelamento de informações relacionadas aos procedimentos administrativos de regularização fundiária.

Por fim, avaliamos positivamente o desenvolvimento das atividades em 2016, pois apesar das adversidades, sobretudo do fato dos recursos serem disponibilizados tardiamente, houve um avanço considerável nas ações propostas, como a elaboração de peças dos RTID's, destravamento dos processos pendentes e emissão de DAP's.

#### *iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso*

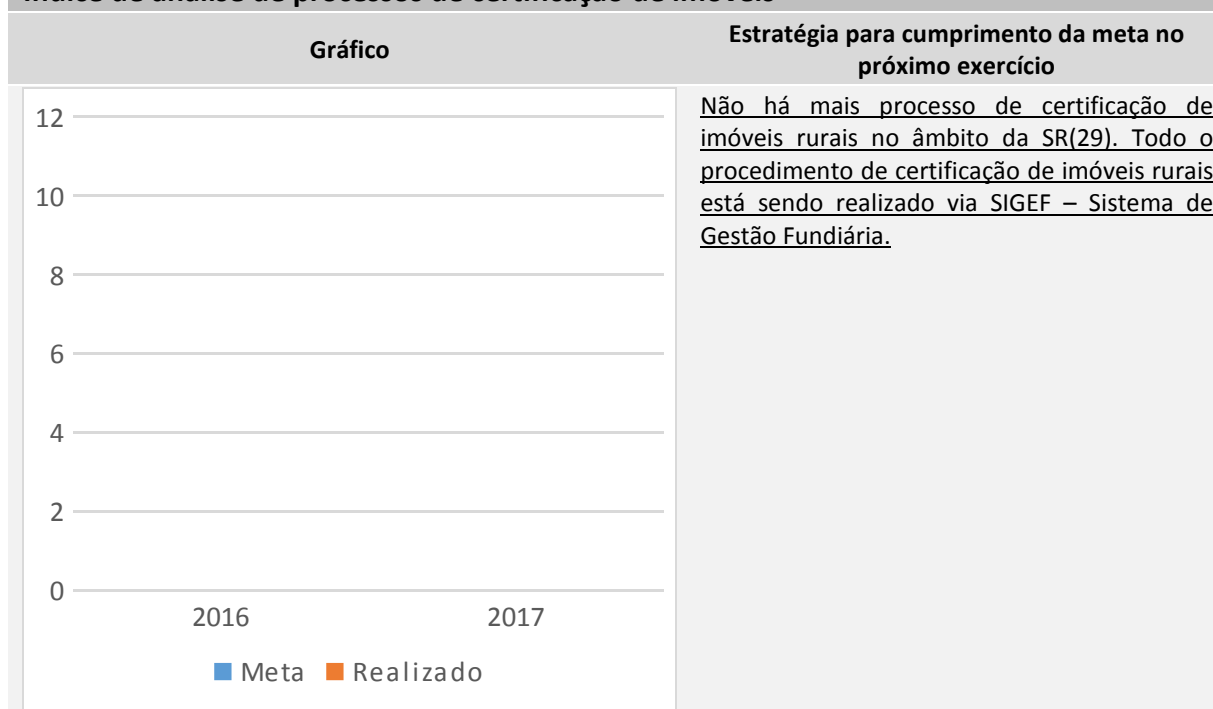
Os registros são realizados mensalmente pelos gestores de cada ação, designados através de ordem de serviço, e inseridos no módulo de monitoramento estabelecido pela Diretoria de Planejamento, com a supervisão do Chefe Substituto e Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

#### *v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

##### **Índice de cadastramento de imóveis rurais**



## Índice de análise de processos de certificação de imóveis



## Índice de regularização fundiária



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

*vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal*

| <b>Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal</b> |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Estoque inicial de processos protocolados em 2016                                                                    | 0           |
| Processos protocolados em 2016                                                                                       | + 41        |
| <b>Analisados em 2016</b>                                                                                            | <b>- 41</b> |
| Estoque final                                                                                                        | = 0         |
| <b>Planejados para atuação em 2016</b>                                                                               | <b>111</b>  |

Para abordagem do tema, antes de tudo é preciso mencionar que na área de atuação da SR/29, que abrange 36 municípios no Estado de Pernambuco e 6 no Estado da Bahia, que todas as terras devolutas da nossa região, com exceção das áreas de LMEO (linha Média da Enchentes Ordinárias) do Rio São Francisco, são, por força do que estabelece a Constituição Federal, de propriedade dos referidos Estados.

No entanto, considerando que a atividade de regularização fundiária é de interesse na União, a SR/29, tem, ao longo dos anos, desenvolvido atividades junto com o Estado de Pernambuco, principalmente, através do seu Instituto de Terras e Reforma Agrária – ITERPE, seja de forma direta em parceira ou através de convênio. No momento a SR(29) está em processo de prestação de contas do convênio nº 751754/2010 que tratou da regularização fundiária nos municípios de Araripina e Ferreiros. A SR/29 também realizou no ano de 2010 uma ação discriminatória no Município de Itacuruba, que redundou na regularização de mais de 200 imóveis. Esses foram os trabalhos mais recentes, no entanto, dever ser citado que na Década de 1980 foram realizadas diversas ações de regularização abrangendo os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Petrolândia e Ibimirim, sendo que com exceção dos dois últimos, os demais foram integralmente demarcados, possibilitando a regularização fundiária de milhares de famílias de trabalhadores rurais que, com a aquisição regular dos imóveis anteriormente ocupados a título de posse, passaram a acessar as diversas políticas públicas de fomento aos pequenos produtores rurais.

Essas ações de grande importância, visto que além de possibilitarem a regularização fundiária dos ocupantes de boa-fé, muitos dos quais ocupam as áreas regularizadas por décadas e muitas dessas obtidas através de sucessão dos ascendentes, outro ponto fundamental das ações massivas é a de obstar que ocorra a grilagem de grandes porções de terras públicas, mesmo que não sejam da União. Não pode ser olvidado o fato de que quando da identificação de grandes porções de terras devolutas não ocupadas, o Estado de Pernambuco tem criado projetos de assentamentos que depois

---

são reconhecidos pelo INCRA e as passam assentadas passam a integrar o PNRA, efetivando a distribuição de terra. Como exemplos desse trabalho podem ser citados os projetos de assentamento Miguel Arraes e Januário Moreira, localizados no município de Petrolândia e o Ilha Grande do Pontal, localizado em Lagoa Grande, todos criados pelo Estado de Pernambuco e reconhecidos pelo INCRA.

Atualmente, pelo fato de não existir nenhuma atual ação de regularização fundiária em execução, os trabalhos desenvolvidos na SR/29 estão relacionados as ações já realizadas e tem por objetivo efetivar a regularização de imóveis que passaram pelo processo de demarcação, mas que por algum motivo não foram concluídos durante a tramitação dos trabalhos. Hoje os títulos emitidos são relativos ao passivo de lotes que foram identificados, demarcados e arrecadados em favor do Estado de Pernambuco, porém não titulados. Desse modo, a ação da SR/29 tem sido recepcionar os requerimentos dos interessados (ocupantes/posseiros), realizar as vistorias para verificar se a ocupação está de acordo com a demarcação realizada no ato da ação discriminatória e se o interessado atende os requisitos instituídos pela lei estadual de terra.

*vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal*

**Este item não aplica a UG.**

| Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| Processos planejados para 2016                                                                            |  |
| Processos analisados em 2016                                                                              |  |
| Planejados para atuação em 2016                                                                           |  |

### 3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

#### i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso |                                                                                                                         |                                                 |                  |                 |                                 |                   |                   |                     |               |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|-----------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição                                                                              |                                                                                                                         | Execução física                                 |                  |                 | Execução orçamentária           |                   |                   | Execução financeira |               |                |
| Ação                                                                                   | Plano orçamentário                                                                                                      | Unidade (produto/unidade)                       | Meta             | Execução física | Meta orçamentária               | Provisão recebida | Despesa empenhada | Despesa liquidada   | Valores pagos | Restos a pagar |
| 211A                                                                                   | PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais                                                            | Área vistoriada (hectares)                      | 5.192,00         | 0,0000          | 151.897,00                      | 141.452,14        | 120.266,34        | 78.205,24           | 78.205,24     | 4.102,89       |
| 211A                                                                                   | PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária               | Família Assentada                               | 104              | 27              | 32.948,00                       | 69.784,00         | 18.995,53         | 13.779,53           | 13.779,53     | 0,00           |
| 211B                                                                                   | PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária                          | Área Obtida /hectare                            | Não estabelecida | 0,0000          | Contingenciada na sede do INCRA | 110,12            | -                 | -                   | -             | 40.772,53      |
| 211B                                                                                   | PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Área Indenizada / hectare                       | Não estabelecida | 2.015,56        | Contingenciada na sede do INCRA | -                 | -                 | -                   | -             | -              |
| 211A                                                                                   | PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária                                                 | Assentamento Beneficiado/ monitorado (famílias) | 1                | 21              | 2.000,00                        | -                 | -                 | -                   | -             | 18.338,00      |
| 211A                                                                                   | PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária                                                     | Regularização Ambiental requerida               | 4                | 185             | 60.000,00                       | 60.000,00         | 47.537,41         | 41.537,41           | 41.537,41     | 1.750,00       |

| Execução de restos a pagar |                                                                                                                         |                                                 |             |                 |               |                |           |             |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------|-----------------|---------------|----------------|-----------|-------------|
| Ação                       | Plano orçamentário                                                                                                      | Unidade (poduto/unidade)                        | Meta física | Execução física | RAP inscritos | RAP cancelados | RAP pagos | RAP a pagar |
| 211A                       | PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais                                                            | Área vistoriada (hectares)                      | -           | -               | 9.972,23      | 145,38         | 5.723,96  | 4.102,89    |
| 211A                       | PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária               | Família Assentada                               | -           | -               | 16.497,65     | 0,00           | 16.497,65 | 0,00        |
| 211B                       | PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária                          | Área Obtida (hectares)                          | -           | -               | 173.828,49    | 133.055,96     | 0,00      | 40.772,53   |
| 211B                       | PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Área Indenizada (hectares)                      | -           | -               | -             | -              | -         | -           |
| 211A                       | PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária                                                 | Assentamento Beneficiado/ monitorado (famílias) | -           | -               | 25.287,65     | 6.949,65       | 0,00      | 18.338,00   |
| 211A                       | PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária                                                     | Regularização Ambiental requerida               | -           | -               | 7.500,00      | 0,00           | 5.750,00  | 1.750,00    |

- 
- *Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso*

Na ação “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais” os recursos pagos foram predominantemente utilizados nos trabalhos de campo objetivando a confecção do RAMT, que consistiu em levantamento de elementos de pesquisa, ofertas e negócios realizados envolvendo imóveis rurais nas diversas microrregiões integrantes da regional. Neste caso, cerca de 50% dos recursos foram utilizados no pagamento de diárias a servidores em serviço de campo, sendo o restante pago no custeio de atividades meio, a exemplo de combustível e manutenção de viaturas.

Na ação “Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária”, em função da publicação do Acórdão TCU Nº 775/2016, somente foram realizadas ações emergenciais, a exemplo do cadastro e seleção de famílias não índias, da Terra Indígena Pankararu, nos municípios de Jatobá e Tacaratu / PE, realizado por força de determinação judicial. Neste caso, cerca de 56% dos recursos da ação foram utilizados no custeio de viagens a serviço, necessárias à realização do cadastro de famílias para inclusão no PNRA.

Na ação “Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária” a execução orçamentária consistiu basicamente em verificação em campo de demandas quanto à ocorrência de irregularidades e ilícitos ambientais, visando à notificação de infratores e orientação a assentados. Desta forma, parte dos recursos (13%) foi utilizada em pagamento de diárias para custeio de serviço de campo.

*ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)*

A estratégia da regional para incrementar a aquisição de terras para o PNRA, considerando os decretos de emergência em função da estiagem prolongada, está, sobretudo em atuar na adjudicação de imóveis rurais em processo de execução e na aquisição, via compra, de imóveis com boa disponibilidade hídrica, de forma a permitir um maior número de famílias por área adquirida e com maior capacidade de geração de renda para os beneficiários.

*iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas*

Não se aplica. Não houve valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas.

*iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional*

A gestão e regularização ambiental, em função do cadastramento ambiental (CAR), deverá privilegiar o acompanhamento dos compromissos pactuados no mesmo, através de fiscalização nos assentamentos cadastrados e de ações de conscientização e educação ambiental.

*v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia*

Não se aplica a UJ.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

**Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro**

**Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6**

9.2.6. Adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos Art. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

| <b>Ação a ser implementada</b>                                                                                                                                                                                                               | <b>Total de imóveis</b> | <b>Prazo para implementação</b> | <b>Responsável pela implementação</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda – Dec.433/92                                                                                                                                                                              | 518                     | 03/mar/2014 a 31/dez/2015       | DT/DD/DA                              |
| Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do INCRA                                                                                                                              | 5.464                   | 03/mai/2014 a 31/dez/2017       | DT/DD/DA/PFE                          |
| Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros | 2.478                   | 03/mai/2014 a 31/dez/2018       | DT/DD/DA                              |

Fonte: Relatório de Gestão 2014 – INCRA Sede

**Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência**

Conforme Decreto 433/1992

| <b>Conta contábil</b> | <b>Descrição</b>                                 | <b>Valor (R\$)</b><br>Saldo em 31/12/2016 |
|-----------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 1.2.3.2.1.04.21       | Imóveis a registrar destinados à Reforma Agrária | 4.173.069,27                              |

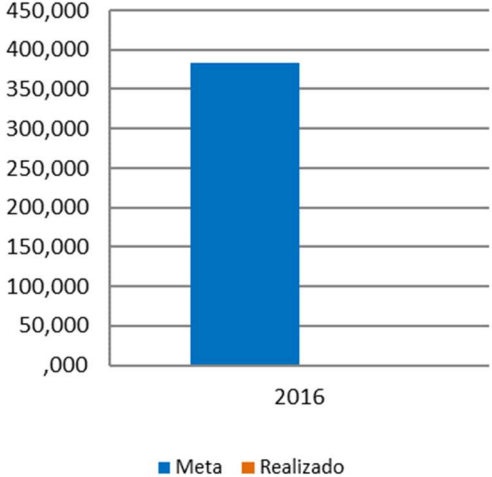
#### *vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária*

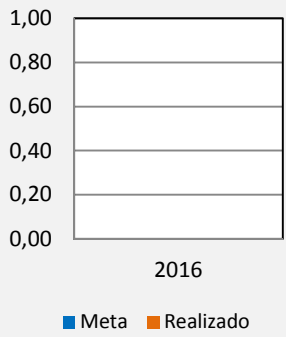
Em relação ao cadastro e seleção de novas famílias, a principal estratégia para melhoria nos resultados da ação está, sobretudo na regularização de famílias ocupantes de vagas em assentamentos de forma irregular e assentamento de novos beneficiários em lotes retomados, em assentamentos pré-existentes, além da implantação de assentamentos criados e de novos assentamentos. A obtenção de novas áreas priorizará o atendimento às famílias não índias de territórios indígenas e acampados em situação de vulnerabilidade.

#### *viii. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso*

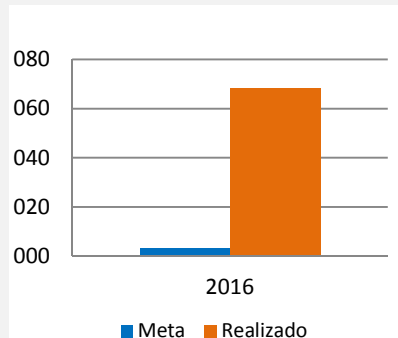
A melhoria na qualificação do corpo técnico e da infraestrutura do setor de implantação, onde há concentração da gestão do SIPRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, visando atualizar e controlar o registro e fluxo de informações, consiste na principal atividade em curso na regional para melhorar a fidedignidade das informações do macroprocesso.

#### *ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

| Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gráfico                                                                                                                                                                                                                                          | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|  <p>450,000<br/>400,000<br/>350,000<br/>300,000<br/>250,000<br/>200,000<br/>150,000<br/>100,000<br/>50,000<br/>,000</p> <p>2016</p> <p>■ Meta ■ Realizado</p> | Como já indicado anteriormente, em busca de superarmos os gargalos que enfrentamos nos últimos anos relativo a obtenção de terras, estamos adotando formas alternativas à aquisição de imóveis em qualidade e de forma vantajosa para a administração, a exemplo da compra e venda (Dec. Nº 433/92), adjudicação, compra direta e expropriação. |

| Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gráfico                                                                                                                 | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|  <p>2016</p> <p>■ Meta ■ Realizado</p> | <p>Esse gráfico demonstra que tanto o índice de protocolos de licenças ambientais quanto as suas respectivas metas no exercício 2016 foram zero. Justificando-se pela alteração na legislação ambiental que passou a exigir, na maioria dos Estados, o CAR – Cadastro Ambiental Rural, como forma de regularização ambiental, estipulando-se também um prazo para sua efetivação, ficando as licenças ambientais restritas para as atividades agrossilvipastoris. No exercício 2017, tem-se a expectativa de efetuar os cadastros ambientais (CAR) de todos assentamentos e retomar o protocolo de licenças ambientais, as quais ainda são exigidas no Estado de Pernambuco.</p> |

- Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

| Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gráfico                                                                                                                   | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|  <p>2016</p> <p>■ Meta ■ Realizado</p> | <p>No exercício 2016, o número de cadastros realizados ultrapassaram a meta, pois o setor de Meio Ambiente coletou as informações necessárias para a realização do CAR e efetuou os devidos cadastros em parceria com a UFLA, por meio de convênio, o qual foi realizado no intuito de se conseguir cadastrar os assentamentos do INCRA dentro do prazo estipulado na lei.</p> |

A memória de cálculo dos indicadores deve ser informada entre os anexos e apêndices, no item 9.3.

#### *x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício*

##### Não se aplica a UJ.

Este item deve trazer relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício, destacando a quantidade de assentamentos com áreas de reserva legal (RL) e área de preservação permanente (APP) preservada e não preservada, incluindo estimativas de custo para recuperação dessas áreas conforme o disposto no “Manual para Elaboração e Implantação de Projetos e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária”.

### 3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

#### i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso |                                                                                                      |                           |      |                 |                       |                       |                       |                       |                   |                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Descrição                                                                              |                                                                                                      | Execução física           |      |                 | Execução orçamentária |                       |                       | Execução financeira   |                   |                    |
| Ação                                                                                   | Plano orçamentário                                                                                   | Unidade (produto/unidade) | Meta | Execução física | Meta orçamentária R\$ | Provisão recebida R\$ | Despesa empenhada R\$ | Despesa liquidada R\$ | Valores pagos R\$ | Restos a pagar R\$ |
| 210S                                                                                   | Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – Incra.                   | AGENTE                    | 0    | 0               | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                 | 0                  |
| 210S                                                                                   | Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária.                              | FAMÍLIA                   | 7722 | 7325            | 3.148.909,00          | 4.809.345,68          | 4.809.345,68          | 4.468.692,19          | 4.468.692,19      | 340.653,49         |
| 210S                                                                                   | Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária.                                             | FAMÍLIA                   | 9947 | 9436            | 196.157,00            | 237.961,50            | 203.219,43            | 202.795,86            | 202.795,86        | 423,57             |
| 210S                                                                                   | Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária.                        | FAMÍLIA                   | 2087 | 1979            | 4.953.953,00          | 5.884.086,32          | 5.793.516,26          | 4.205.892,62          | 4.205.892,62      | 1.587.623,64       |
| 211A                                                                                   | Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento.                                                  | CRÉDITO                   | 1190 | 275             | 58.317,00             | 211.292,82            | 143.074,94            | 81.490,99             | 81.490,99         | 61.583,95          |
| 211A                                                                                   | Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assent. da Reforma Agrária. | PARCELA                   | 296  | 16              | 55.002,00             | 65.356,40             | 63.011,58             | 58.732,04             | 58.732,04         | 4.269,54           |
| 211A                                                                                   | Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.                                      | FAMÍLIA                   | 0    | 67              | 0                     |                       |                       |                       |                   |                    |
| 211A                                                                                   | Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.                     | DOCUMENTO                 | 438  | 442             | 1.115,00              | 97.358,14             | 61.956,75             | 741,00                | 741,00            | 61.215,75          |
| 211A                                                                                   | Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.                      | FAMÍLIA                   | 0    | 0               | 5.581.330,17          | 1.340.758,53          | 1.323.122,17          | 29.855,87             | 29.855,87         | 1.293.266,30       |
| 211A                                                                                   | Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.                                                  | FAMÍLIA                   | 50   | 50              | 57.001,00             | 491.427,71            | 289.956,41            | 89.731,41             | 89.731,41         | 200.225,00         |
| 210T                                                                                   | Educação de Jovens e Adultos no Campo.                                                               | ALUNO                     | 0    | 0               | 8.000,00              | 11.379,70             | 9.776,08              | 4.276,08              | 4.276,08          | 5.500,00           |
| 210T                                                                                   | Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assist. Técnica, Pedagógica e Social.  | ALUNO                     | 0    | 0               | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                 | 0                  |
| 210T                                                                                   | Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior p/ a Reforma                           | ALUNO                     | 150  | 150             | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                 | 0                  |

|      |                     |         |      |     |               |   |   |   |   |   |
|------|---------------------|---------|------|-----|---------------|---|---|---|---|---|
|      | Agrária.            |         |      |     |               |   |   |   |   |   |
| 0427 | Crédito Instalação. | FAMÍLIA | 3485 | 256 | 10.154.700,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| Execução de restos a pagar |                                                                                                        |                             |                |                    |                  |                   |                  |                 |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|------------------|-------------------|------------------|-----------------|
| Ação                       | Plano orçamentário                                                                                     | Unidade<br>(poduto/unidade) | Meta<br>física | Execução<br>física | RAP inscritos    | RAP<br>cancelados | RAP pagos        | RAP a pagar     |
| 210S                       | BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRARIA                         | -                           | 0              | 0                  | R\$ 2.262.873,22 | R\$ 55.605,77     | R\$ 2.207.267,45 | 0               |
| 210S                       | ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA FAMILIAS ASSENTADAS                                          | -                           | 0              | 0                  | R\$ 154.585,39   | R\$ 35.435,02     | R\$ 79.150,37    | R\$ 40.000,00   |
| 210S                       | TERRITORIOS DA CIDADANIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRARIA                   | -                           | 0              | 0                  | R\$ 1.605.357,81 | R\$ 47.825,94     | R\$ 1.557.531,87 | 0               |
| 210T                       | EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO                                                                  | -                           | 0              | 0                  | R\$ 14.814,78    | R\$ 6.814,78      | R\$ 8.000,00     | 0               |
| 210T                       | CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENCIA TECNICA, PEDAGOGICA E SOCIAL | -                           | 0              | 0                  | R\$ 851,36       | R\$ 851,36        | 0                | 0               |
| 210T                       | CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL DE NIVEL MEDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRARIA                   | -                           | 0              | 0                  | R\$ 7.327,98     | R\$ 5.327,98      | R\$ 1.690,66     | R\$ 309,34      |
| 211A                       | SUPERVISAO E FISCALIZACAO DA CONCESSAO DO CREDITO INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRARIA | -                           | 0              | 0                  | R\$ 5.732,01     | R\$ 732,01        | R\$ 5.000,00     | 0               |
| 211A                       | FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO E A COMERCIALIZACAO - TERRA SOL                                         | -                           | 0              | 0                  | R\$ 792.840,68   | R\$ 4.337,98      | R\$ 188.495,00   | R\$ 600.007,70  |
| 211A                       | TITULACAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRARIA                                        | -                           | 0              | 0                  | R\$ 4.433,86     | R\$ 4.411,61      | 0                | R\$ 22,25       |
| 211A                       | IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO                         | -                           | 0              | 0                  | R\$ 7.202.769,74 | R\$ 171.905,87    | R\$ 1.384.813,72 | R\$5.646.050,15 |
| 211A                       | DEMARCACAO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO                                                     | -                           | 0              | 0                  | R\$ 7.372,80     | 0                 | R\$ 7.372,80     | 0               |
| 211A                       | SUPERVISAO OCUPACIONAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS                                                    | -                           | 0              | 0                  | R\$ 25.295,03    | R\$ 87,94         | R\$ 9.865,34     | R\$ 15.341,75   |

---

## *ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento*

A consolidação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, e consequentemente a sua emancipação, depende necessariamente da dotação de Infraestrutura básica, sobretudo em relação à moradia, estradas de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

A estratégia para promoção da infraestrutura básica nos assentamentos, nos últimos anos, definida pela direção central no INCRA/Sede, está focada na transferência da execução das respectivas obras e serviços para os diversos entes supostamente mais qualificados que o INCRA na implementação das mesmas. Desta forma, as regionais do INCRA têm a missão de qualificar a demanda e encaminhar para os entes parceiros para efetivação, com ou sem repasse de recursos orçamentários da Autarquia.

A promoção de habitação nos Projetos de Assentamento, desde 2013, ano da edição da Portaria Interministerial Nº 78, que incluiu os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, entre os beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, vem sendo conduzida de modo a viabilizar o dos beneficiários do PNRA que ainda não possui habitação ou carecem de reforma das construídas para o acesso ao PMCMV.

No âmbito de atuação da SR29/MSF, após superação das dificuldades encontradas pelas Entidades Organizadoras, responsáveis pela intermediação entre os beneficiários do PNRA e Caixa Econômica Federal, para fins de ultimar a contratação da construção das habitações, embora não tenhamos imóveis concluídos, foi possível firmar contratos para atender 466 famílias assentadas nos PA's Josias e Samuel (12 casas), Edmilson de Araújo (17 casas), José Almeida (66 casas), Cacimba dos Sonhos (10 casas), Lago Azul (43 casas), e Januário Moreira (92 casas), Abreu e Lima (157 casas), Nossa Senhora Santana (7 casas), São Francisco I (13 casas), Nossa Senhora Aparecida (17 casas), Vale do Piutá (16 casas), Jatobá dos Basílios (9 casas), Casa Nova (1 casas) e Melancia (6 casas). Ainda objetivando resolver essa situação, a SR/29 tem mantido constante diálogo com as diversas entidades organizadoras e financeiras no sentido de prestar os esclarecimentos e apoio necessário, respeitando os limites institucionais impostos pelo programa.

Quanto à questão do atendimento de energia elétrica, a situação está praticamente equacionada através do Programa Luz para Todos, sob a Coordenação do Ministério de Minas e Energia. As demandas que vão surgindo são diligenciadas diretamente para CELPE para que haja o pronto atendimento.

O acesso a água nos Projetos de Assentamento, conforme decisão de governo, vem sendo promovido através do Programa Água para Todos, por meio de Convênio entre o Ministério da Integração Nacional e os Governos Estaduais, com repasse de parte dos recursos pelo INCRA. No

---

caso específico, a execução do Convênio vem se mostrando extremamente ineficiente, com poucos projetos executados. Considerando a pouca governabilidade sobre a execução do convênio e os problemas operacionais, esta regional tem conhecimento através de informações fornecidas pela ATER da execução dos serviços especificamente nos PA's Virgulino Ferreira (300 famílias), Abreu e Lima (400 famílias) e Januário Moreira (197 famílias).

Ainda buscando atender a demanda dos assentados, a SR/29 vem executando obras, com recursos do Crédito Instalação, Modalidade Semi-árido, em oito (8) projetos de assentamentos beneficiando 450 famílias, sendo que desses, quatro (4) foram concluídos em 2016, atendendo 152 famílias nos PA's Cachoeira I (40 famílias), Angicos III (69 famílias), Custódia (30 famílias) e Terra Nova I (13 famílias). Nos demais assentamentos São Benedito (20 famílias), Riacho do Navio II (249 famílias), Novo Horizonte (4 famílias), Frei Damião (25 famílias), deverão ser concluídos em 2017.

Em todos serão executados projetos para implementar infraestrutura hídrica. No entanto, cabe destacar que considerando a limitação dos créditos não é possível, na maioria dos casos, implantar sistemas bem estruturantes e quase sempre sem a possibilidade de incluir sistemas de tratamento da água.

Com relação a implantação e recuperação de Infraestrutura viária em Projetos de Assentamentos da SR29, em 2016 foram publicados 02 (dois) convênios, o primeiro com a Prefeituras de Orocó-PE, que atenderá o PA Bom Jesus, o segundo com a Prefeitura de São José do Belmonte-PE, para atender os PA's Vida Nova, Terra Nova, Terra Livre e Julia Siqueira, beneficiando um total de 404 famílias. Os valores de repasse são da ordem de R\$ 299.700,00 e R\$ 1.252.000,00, respectivamente.

### *iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento*

A supervisão em projetos de assentamento, visando coibir irregularidades ocupacionais, ocorre de forma integrada envolvendo todos os Servidores da Divisão de Desenvolvimento e tem suas ações Coordenadas por uma equipe, a "Comissão de Supervisão da IN nº 71/2012" instituída especificamente para este fim. No ano de 2014, em virtude do Mem. Circular Nº 110 de 12 de março de 2014, da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (INCRA Sede) suspendeu as atividades de supervisões a partir da comissão da IN nº 71, o que tem prejudicado bastante a execução da ação na SR/29. De acordo com o que estabelece na própria nota, somente os casos excepcionais, como denúncias de venda de lotes, após a análise pela Sede, teriam os recursos descentralizados. Por esta razão não foi estabelecida meta para o exercício relatado.

A regularidade ocupacional é um passo importante para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Projetos de Assentamento, possibilitando a implementação das demais políticas públicas, como o

---

Crédito Produtivo, devidamente acompanhado da Assistência Técnica, o que contribui de forma decisiva para a consolidação e emancipação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, culminando com a promoção do cumprimento da função social da terra.

Quanto a supervisão ocupacional nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, a meta estabelecida foi de 296. Como a disponibilização dos recursos financeiros para o desenvolvimento da ação, ocorreu apenas no segundo semestre do ano de referência, a comissão da IN 71/2012 realizou 283 vistorias, sendo 189 no PA Água Viva, 29 em Santa Marta e 65 no Antônio Conselheiro II, que devido ao tempo exíguo, resultou na elaboração de apenas 69 laudos. A supervisão no Assentamento Santa Marta foi por demanda judicial.

#### *iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento*

##### *1. Crédito Instalação*

O Crédito Instalação para as famílias assentadas da reforma agrária passou por uma grande transformação decorrente da publicação da Lei 13.001/2014 e do Decreto 8.256/2014 que estabelecem, respectivamente, os critérios para remissão dos créditos já concedidos e redefinem as modalidades e critérios para concessão de novos créditos. A principal mudança na operacionalização dos novos créditos está na exigência, da maioria deles, do acesso aos serviços de ATER de forma contínua, que deverá proporcionar maior efetividade e melhoria nos resultados alcançados na sua aplicação. Outra importante mudança está na forma de operacionalização, que agora será de forma individual, considerando a unidade familiar, através de cartão magnético, com conta única administrada pelo INCRA Sede.

O principal objetivo da concessão do crédito instalação é proporcionar segurança alimentar às famílias assentadas, visando assegurar a utilização do futuro crédito produtivo nas atividades de geração de renda. No ano de 2016 foram concedidos 16 créditos, via INCRA Sede, do novo Apoio Inicial I, de um total de 25 assentados qualificados pela regional como aptos a serem atendidos pelo programa. Vale salientar que este sistema viabiliza a concessão dos créditos. Mesmo com todas as restrições descritas acima, podemos destacar a disponibilização de 367 créditos na modalidade Fomento Mulher, dos quais 353 foram sacados gerando um incremento de R\$ 1.059.000,00 nos assentamentos desta SR.

Cabe consignar que embora a execução física, possa a princípio, demonstrar uma distancia considerável para o que foi estabelecido no Plano de Metas, deve ser explicado que o crédito da modalidade Fomento, operação I, estabelecido em 1.602 não foi operacionalizado pela SR/29 por não ter recebido informações essenciais que deverão ser repassados pelo INCRA/Sede.

---

Quanto às modalidades do crédito antigo, anterior ao Decreto 8.256/2014, não houve novas concessões, somente sendo executados os recursos restabelecidos às contas das associações e comissões de crédito dos assentados e que tinham sido recolhidos em virtude da Portaria nº 352/2013 da Presidência do INCRA. Em 2016 a SR/29 trabalhou a aplicação do crédito antigo, modalidade Semiárido em oito (8) projetos de assentamentos beneficiando 450 famílias, sendo que desses, quatro (4) foram concluídos em 2016, atendendo 152 famílias.

Com o advento da Lei 13.001/2014 que estabelece os critérios para pagamento e remissão dos créditos concedidos, foi criado o SNCCI, sistema onde serão processadas as informações para cobrança e perdão das dívidas de acordo com as regras estabelecidas pelo referido normativo. Na SR/29, estima-se que sejam cerca de 43.000 créditos a serem remetidos. Devido às dificuldades operacionais relatadas anteriormente o cronograma de execução não foi cumprido, fato que ensejará a constituição de novo planejamento e cronograma, para execução a partir do exercício de 2017.

## *2. Agroindustrialização*

Com a aquisição dos 100 KIT's FEIRA ocorrida em 2015, o trabalho em 2016 foi direcionado na seleção e distribuição dos Kit's para as entidades representativas (associações), que foram selecionadas através do Chamamento Público SR29-01/2016, publicado no DOU em 29/09/2016, com a efetiva distribuição de 67 Kit's em 2016

## *3. Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Os contratos de Assistência Técnica atualmente em execução não são específicos para agroindustrialização, não havendo previsão orçamentária para contratação de serviços especializados no assunto. Com o advento da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), há a expectativa de que seja implantada ATER especializada, devendo contemplar os Assentamentos de Reforma Agrária.

## *4. Educação no campo*

Durante o exercício relatado foram celebrados, com a Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF, três (3) novos Termos de Execução Descentralizado para abertura de três cursos no âmbito de atuação da SR/29. Sendo dois (2) em graduação, com 50 vagas para o curso de Licenciatura em História, 50 para Licenciatura em Ciências Sociais e um (1) de pós-graduação, com 50 vagas para Especialização em Educação no Campo

---

*v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)*

Preliminarmente, deve ser registrado que todas as atividades executadas durante o exercício são pré-definidas em reunião de planejamento que é realizada no início do exercício entre o Superintendente Regional e os Chefes de Divisão, com a participação dos servidores necessários, para, a partir das considerações das dificuldades existentes, serem definidas as metas físicas, bem como estipulada a necessidade orçamentária para execução do estabelecido. Após a definição das metas no âmbito da Superintendência, o produto é encaminhado ao INCRA/Sede para análise da Diretoria, no caso específico, a de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, para que seja feita a análise, recomendações e aprovação, para então ser sedimentado no Plano de Metas, que servirá como guia de objetivos propostos para unidade durante todo o exercício.

Como o Plano de Metas só é aplicado após o referendo da Diretoria do órgão sediado no INCRA/Sede em Brasília, este instrumento serve também como elemento de alinhamento da atividade da Superintendência com os desígnios e interesses da Direção central da Autarquia.

Após estabelecidas as metas, ratificadas pela direção do órgão, passa-se a execução das atividades no âmbito da Superintendência, no caso, na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (D). Na execução das atividades são utilizadas algumas rotinas e ferramentas (sistemas ou programas) com o objetivo de promover o controle quantitativo e qualitativo sobre os serviços executados, bem como para garantir o respeito às normas e manuais de procedimento estabelecidos. A princípio, deve ser citado que a própria organização da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é estruturada na subdivisão de três serviços que em ações sucessivas e/ou concomitantes desencadeiam na execução finalística da Divisão que é de prover os projetos de assentamentos com infraestrutura mínima e possibilitar o desenvolvimento econômico das famílias participantes do PNRA.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é composta pelos Serviços de Infraestrutura (D1), Serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (D2) e Educação no Campo (D3). As ações da Divisão de Desenvolvimento, de forma geral, são distribuídas aos técnicos de acordo com o planejamento estratégico realizado, que posteriormente subsidiam o gestor com informações das execuções e das estratégias utilizadas para a realização das atividades específicas, gerando resultados que são apresentados para alimentação do Módulo de Monitoramento, outro instrumento que serve para acompanhamento das ações pelo gestor.

Em relação ao Serviço de Infraestrutura básica, para cada convênio celebrado é nomeado um engenheiro civil para atuar como fiscal e acompanhar o andamento das obras, tendo o registro de todas as atividades no Portal de Convênios, o SINCOV.

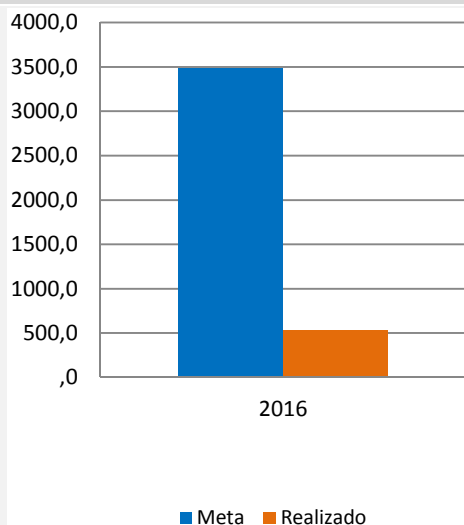
Para acompanhamento da aplicação do crédito, o INCRA instituiu o Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, no qual todos os créditos concedidos devem, necessariamente, passar por dentro do sistema, possibilitando a extração de relatórios que permitem fazer o acompanhamento da evolução das metas estabelecidas. Assim, tem-se buscado acompanhar a evolução produtiva dos técnicos e discutir os entraves e dificuldades que têm atrapalhando a plena consecução da meta estabelecida. Além desses instrumentos ainda podem ser utilizadas as informações do SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Assentamentos, no qual constam as informações relativas aos beneficiários do PNRA, dados imprescindíveis para aplicação dos créditos.

*vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

| Índice de acesso à moradia nos assentamentos                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| Gráfico                                                                                                                                                                                                                                                                | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
| <div> <div>001</div> <div>001</div> <div>001</div> <div>001</div> <div>001</div> <div>001</div> <div>000</div> <div>000</div> <div>000</div> <div>000</div> <div>000</div> <div>000</div> </div> <div>2016</div> <div> <div>■ Meta</div> <div>■ Realizado</div> </div> | <p>Mesmo não sendo possível a criação do gráfico por ausência de casas concluídas em 2016, registramos que no âmbito de atuação da SR29/MSF, após superação das dificuldades encontradas pelas Entidades Organizadoras, responsáveis pela intermediação entre os beneficiários do PNRA e Caixa Econômica Federal, para fins de ultimar a contratação da construção das habitações, embora não tenhamos imóveis concluídos, foi possível firmar contratos para atender 466, cuja conclusão deve ocorrer em 2017.</p> |  |

## Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico

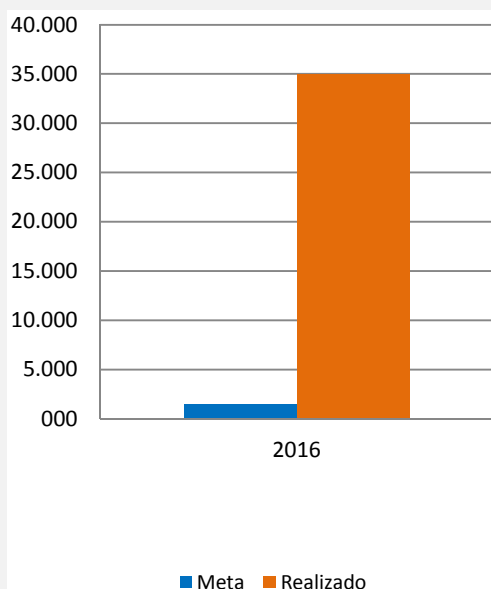


### Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Embora a meta para concessão dos créditos Apoio Inicial e Fomento Mulher não tenham sido atingidas, por razões que extrapolaram a governabilidade desta Superintendência (SR29/MFS), como: 1 – Término do contrato entre o INCRA e o Banco do Brasil; 2 - O acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, nº 775/2016, que identificou inicialmente indícios de irregularidades em 6.376 beneficiários desta Superintendência; 3 – Fechamento do SIPRA, realizado em fevereiro pelo INCRA/Sede, sendo reaberto em condições de uso apenas em 2017, ainda foram disponibilizados 25 créditos do Apoio Inicial, 367 do Fomento Mulher, e 139 projetos do Pronaf A.

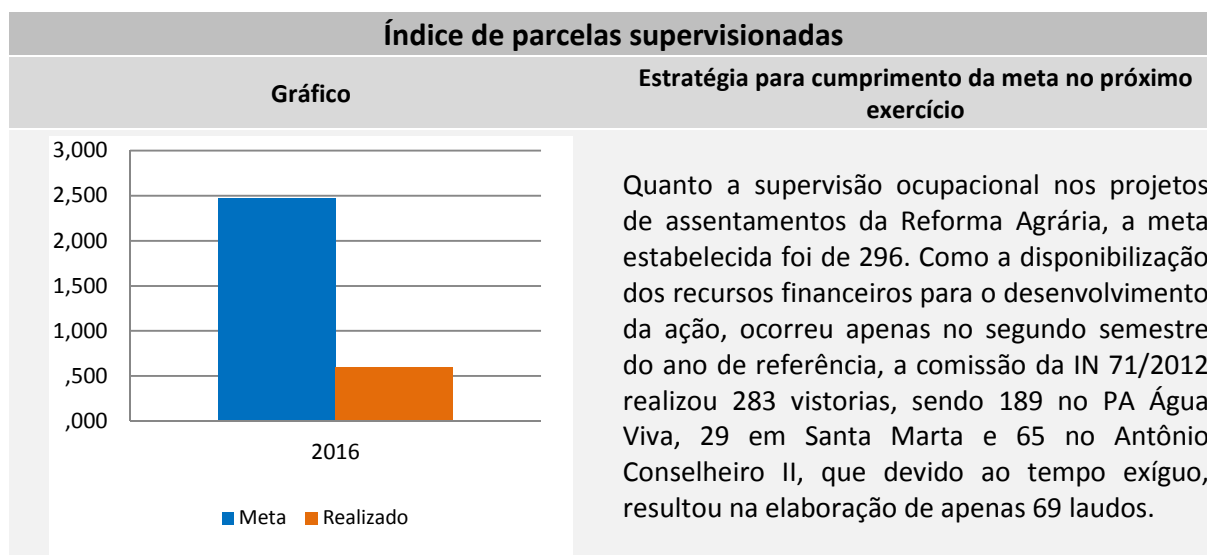
## Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico



### Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Com a continuação da Chamada Pública 01/2014 através da renovação dos 03 (três) contratos ATER em 2016, com as empresas Delta, Diamantina e Sementes, mantendo o quantitativo inicial de 9.947 famílias atendidas, distribuídas em onze (11) núcleos definidos na chamada, 9.436 famílias receberam algum tipo de serviço de assistência técnica resultando num índice atendimento de 94,9%, segundo dados extraídos do SIATER, que apesar dos bloqueios gerados pelo Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, nº 775/2016, a SR/29 vem atendendo todas as famílias que estão regularmente assentadas nos projetos de assentamento.



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

#### *vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência*

O acesso a água nos Projetos de Assentamento, conforme decisão de governo, vem sendo promovida através do Programa Água para Todos, por meio de Convênio entre o Ministério da Integração Nacional e os Governos Estaduais, com repasse de parte dos recursos pelo INCRA.

Ocorre que a execução do Convênio vem se mostrado extremamente ineficiente, com poucos projetos executados e o conveniente, no caso, o Governo do Estado sempre reclama da falta de repasse dos recursos por parte do Ministério da Integração. Desse modo, considerando a pouca governabilidade sobre a execução do convênio e os problemas operacionais, a Regional aguarda a confirmação da constituição de um novo convênio, com objeto específico de executar obras de abastecimento d'água nos projetos de assentamentos do INCRA, para que possa efetivamente atender a demanda.

Para equacionar a questão a SR deverá fazer o levantamento das principais demandas, com auxílio do serviço de assistência técnica e tentar obter recurso junto ao INCRA/Sede, para, através de convênio ou execução direta, implementar essas obras de vital importância para sustentabilidade dos assentamentos.

#### *viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento*

**Este item não se aplica a UG.**

---

*ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor*

**Este item não se aplica a UG.**

---

## **4- Governança, gestão de riscos e controles internos**

### **4.1- Atuação da unidade de auditoria interna**

Nos termos do Regimento Interno, a Auditoria Interna é órgão vinculado ao INCRA Sede. Na estrutura organizacional da Superintendência Regional não existe atribuições semelhantes conforme disposto no Decreto nº. 6.812, de 3 de abril de 2009 e o Regimento Interno do INCRA.

As atribuições de planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do Incra cumprem à Auditoria Interna do Incra, bem como, subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Incra e nas ações voltadas para a modernização institucional.

No exercício de 2016 não houve trabalhos realizados pela auditoria interna da Autarquia nesta Superintendência Regional. Ademais, esta UJ segue as orientações de controles propostas pelas Diretorias no que diz respeito à avaliação e acompanhamento da qualidade e da produtividade das atividades de nossas Divisões Técnicas.

### **4.2- Gestão de riscos e controles internos**

#### *4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico*

O controle interno é um conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados para assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidas sejam alcançados.

Neste diapasão e por atuarmos como executora do planejamento estratégico estabelecido pela Autarquia, no âmbito da Superintendência Regional do Médio São Francisco, adotamos as políticas, ações e procedimentos estabelecidos pelo INCRA para avaliar e acompanhar a execução de suas atividades com a utilização do Sistema de Monitoramento das Informações Rurais – SIR.

O SIR serve para o enfrentamento dos riscos e fornecem razoável segurança de que, na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais, os princípios constitucionais serão obedecidos, funcionando também como parâmetro no acompanhamento da execução das metas.

---

*4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública*

Conforme mencionado no subitem 4.2.1, no exercício de 2016 não houve uma atuação local direta e local da Auditoria Interna do INCRA nesta Regional. Os parâmetros utilizados no que se refere aos controles são os dispostos nas recomendações da Controladoria Geral da União, que atuou até o penúltimo trimestre de 2016, mediante a subordinação do INCRA a Casa Civil da Presidência da República.

Seguimos as recomendações emanadas pela Controladoria Geral da União do estado Pernambuco através de Notas e relatórios de Auditoria e buscamos através do apontamentos de exercícios anteriores aprimorar os nossos controles e utilização dos sistemas do Governo Federal, como por exemplo, SIASG, SIAFI, SICONV E SIASG WEB, senão vejamos: registro de contratos e cronograma de contratos no SIASG através de asseguradores de contratos formalmente designados, registro no SICONV de todos os relatórios de acompanhamento e fiscalização pelos técnicos(físico e financeiro/contábil) formalmente designados, utilização do SISPROT na tramitação de processos ; utilização de cotação eletrônica no Siasg web e utilização dos demais sistemas corporativos do governo federal.

*4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1*

A gestão da SR29 vem ao longo dos três últimos exercícios enfatizando a importância dos controles internos tanto no que diz respeito ao aspecto formal dos processos quanto ao aspecto de formação de cultura de adoção de recomendações da Controladoria Geral da União -PE como forma de padronização de procedimentos.

O controle interno da Superintendência Regional do INCRA Médio São Francisco está em constante aprimoramento através da divulgação de normas e orientações internas, sempre baseadas nas constatações e recomendações apresentadas nas Auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União-PE, que influenciou positivamente os controles da gestão, em destaque, o Plano de Providências Permanentes – PPP, que regionalmente funciona como balizador na orientação para execução das nossas metas.

A metodologia de trabalho utilizada para discussão dos procedimentos com vistas a o alcance dos resultados periodicamente é discutida nas reuniões do Comitê de Decisão Regional (CDR) desta Superintendência Regional, composto pela Chefias das Divisões, Assessores do Gabinete e Superintendente Regional/Planejamento/Procuradoria Federal/PFE.

Registramos que o controle interno é um processo que permeia fases, pessoas e procedimentos, e que procuramos no exercício de 2016, apesar das mudanças de gestores, manter os controles instituídos para otimização dos recursos públicos, com a busca da quebra dos paradigmas danosos , que ainda insistem em permear as ações publicas, objetivando a efetividade das nossa ações.

---

Na busca do cumprimento da missão do INCRA e da necessidade de divulgar os normativos legais, disponibilizamos na rede comunidade INCRA memorandos, decretos, orientações e outros documentos que orientam a execução das ações dentro das formalidades legais como forma de instituição de controle prévio de irregularidades.

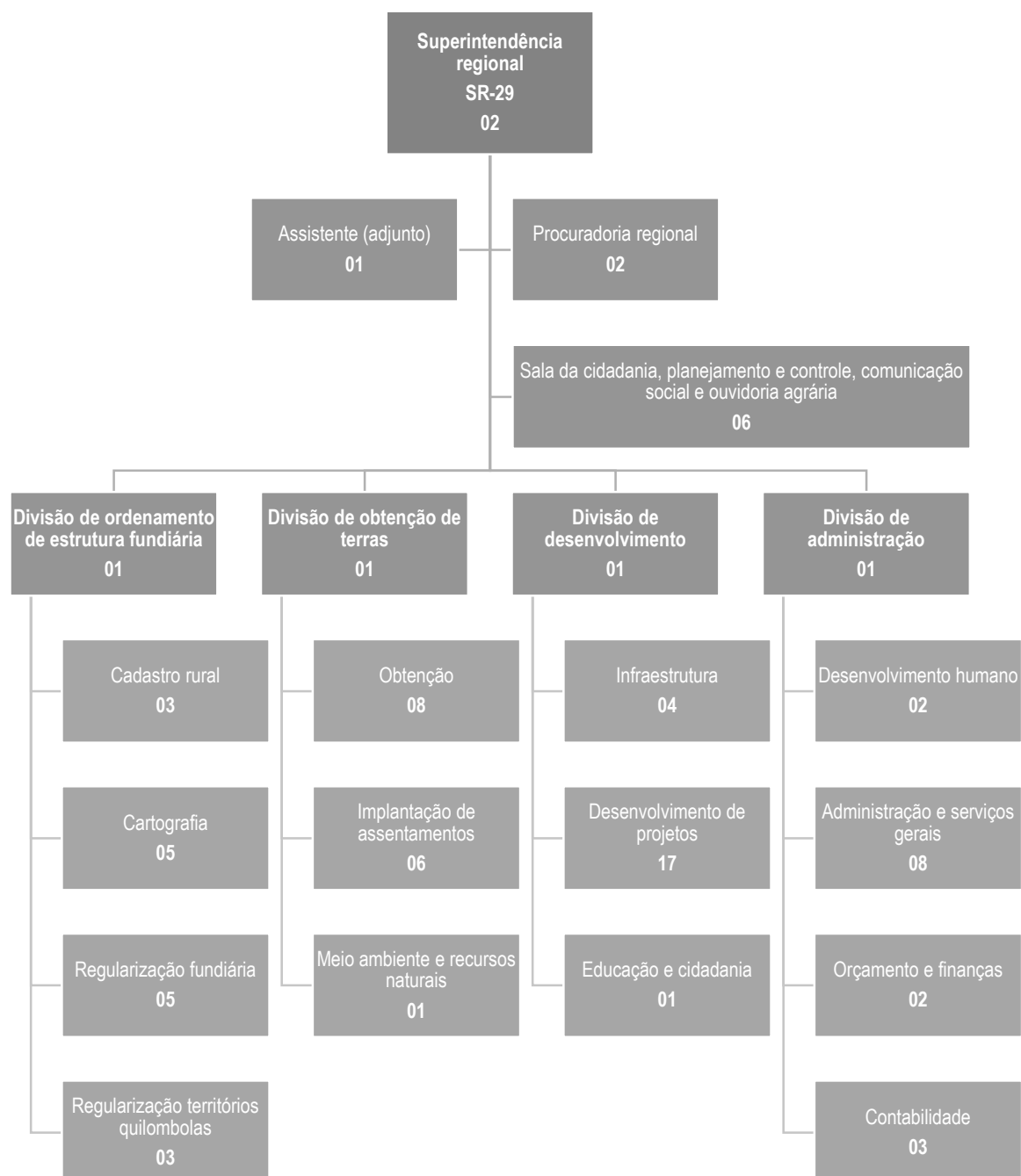
Em relação a designação de servidores com a discriminação de competências para determinados serviços ou atividades utilizamos como base o regimento interno do INCRA e atribuímos competências e responsabilidades específicas através de Portarias e Ordens de Serviço, como forma de segregar funções e responsabilidades.

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

## 5- Áreas especiais da gestão

### 5.1- Gestão de pessoas

#### 5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



A Superintendência Regional do Médio São Francisco conta com 83 servidores. Verifica-se que nos últimos sete anos houve um incremento da força de trabalho, o qual se deu em função do Concurso Público de 2010, proporcionando à Regional o ingresso de servidores de cargo de nível superior que preencheu áreas estratégicas (descrever os ingressos). No entanto, em que pese ter havido ingresso de novos servidores, não representou aumento suficiente de força de trabalho, pois por motivos diversos (aposentadoria, egressos, licença saúde, remoções), comprometeram o atendimento da nossa demanda. Portanto, o atual quadro de pessoal ainda não corresponde ao ideal, podendo interferir na qualidade dos serviços prestados por esta Regional.

O índice de rotatividade dos servidores é um aspecto que afeta negativamente a força de trabalho da SR29, tal fato ocorre, principalmente, devido à baixa remuneração dos servidores e à estrutura inadequada para o desempenho das atividades laborais

Para atender às recomendações de adequação da força de trabalho, de modo a não comprometer a execução das diversas atividades administrativas e finalísticas desenvolvidas pelos setores que compõem a sua estrutura, em reuniões de CDR, são realizadas discussões e novas alocações de servidores são realizadas.

Cumprir destacar que a distribuição de serviço por demanda de ação não corresponde a lotação de servidores por Divisão. Ou seja, devido ao déficit da força de trabalho, alguns servidores acumulam mais de uma atribuição, a exemplo do Gabinete, no qual, o assegurador de planejamento também faz parte da Ordem de Serviço 34/2015 que trata da emissão de CCU; A chefe de gabinete também encontra-se em uma Ordem de Serviço como asseguradora do substituta do Pronera, membro de Comissão de TCE, membro da Ouvidoria Agrária Regional e Pregoeira; no Chefe Do Ordenamento Fundiário, que além de Superintendente Substituto é Ouvidor Agrário, a divisão de Desenvolvimento, a maioria dos técnicos desempenham atividades de infraestrutura e desenvolvimento de projeto de assentamento; Na divisão de Regularização Fundiária, alguns técnicos auxiliam em ações da divisão de Obtenção e Desenvolvimento, a exemplo do CAR, ATER e CCU e na Obtenção temos dois Peritos Federais que acumulam a função de assegurador de Terra Sol e PRONERA.

---

Destacamos aqui que além da necessidade de melhor composição da força de trabalho, identificamos um risco que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional: espaço físico inadequado para quantitativo de servidores, recebimento, análise e guarda dos processos, bem como arquivamento de documentações e desenvolvimento das atividades laborais. A SR29 nos últimos 10(anos) aumentou em número de pessoal, o que foi desproporcional ao aumento das instalações físicas. Em relação à tramitação, guarda e arquivamento de documentações, a SR29 pretende aderir ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que facilitará a comunicação entre as áreas e consequentemente desafogará os arquivos da Regional.

Em relação às instalações para melhoria dos espaços físicos, tal mudança necessita de recursos orçamentários para reforma ou construção de um prédio.

### **Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem**

A Superintendência Regional no Médio São Francisco busca qualificar os servidores para o melhor desempenho das atribuições que lhe são afetas, de acordo com os recursos descentralizados pela Sede destinados especificamente ação de capacitação de pessoal, oferecendo oportunidade de aprimorar o conhecimento, por meio do custeio dos eventos de capacitação, o que inclui além do valor de inscrição, o valor de passagens e diárias para os deslocamentos necessários. Nesse sentido, as capacitações são voltadas às competências demandadas pelos servidores e Chefes de Divisão, visando sempre à correlação do conteúdo programático com as atribuições desempenhadas pelo servidor.

A SR-29 adotou como estratégia de capacitação dos servidores, tendo como base a Instrução Normativa Vigente, o Banco de Demanda de Capacitação-BDC, divulgado aos servidores através da Comunidade INCRA-SR29, quando através do registro no e-mail [capacitacao@pnz.incra.gov.br](mailto:capacitacao@pnz.incra.gov.br) se inicia os procedimentos necessário a oportunizarão de capacitação aos servidores.

O registro de demanda de capacitação no (BDC), **preferencialmente**, 60(sessenta) dias antes do início do evento permitiu que os documentos elencados no art. 11 da IN N.º78/2014 fossem devidamente preparados e apresentados a chefia imediata para posterior procedimentos até a certificação do servidor. O BDC permitiu não apenas o acesso

---

do servidor aos conhecimentos necessários ao desempenho das suas funções como mostrou transparência no processo de elegibilidade do servidor capacitado.

No exercício de 2016 realizamos um curso de instrução processual para 34 servidores, quando nivelamos o conhecimento aos administradores e administrados dos deveres e proibições dos agentes públicos com base no Estatuto dos Servidores Públicos na forma da investidura, da forma de tempo e lugar dos atos processuais administrativos a luz da LAI 8112/90 E Constituição Federal. O curso foi realizado na Cidade de Petrolina, capacitação essa, que possibilitou um menor custo unitário e envolveu mais servidores. Esta forma de execução possibilitou a superação da meta prevista.

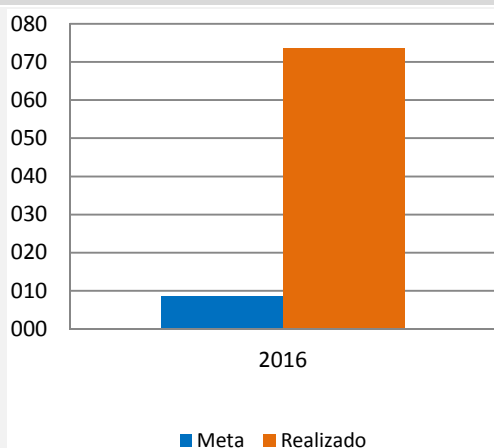
Enfim, para o Programa de Capacitação foram programados recursos na ordem de R\$ 86.553,00 (oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e três reais). Posteriormente, atendendo às demandas desta Regional, fomos provisionadas em mais R\$ 89.471,78 (oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), tendo sido empenhados e liquidados R\$ 75.415,89 (setenta e cinco mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), correspondente a 84,3 % da importância descentralizada.

Os recursos descentralizados asseguraram aos servidores a possibilidade de participação em treinamentos, cursos, seminários, etc., no intuito de melhor desenvolver o potencial e buscar alternativas inovadoras no desenvolvimento profissional e social, sempre voltado basicamente para atender as reais necessidades de atuação e desempenho institucional.

*Indicadores relacionados*

## Índice de abrangência de capacitação

Gráfico

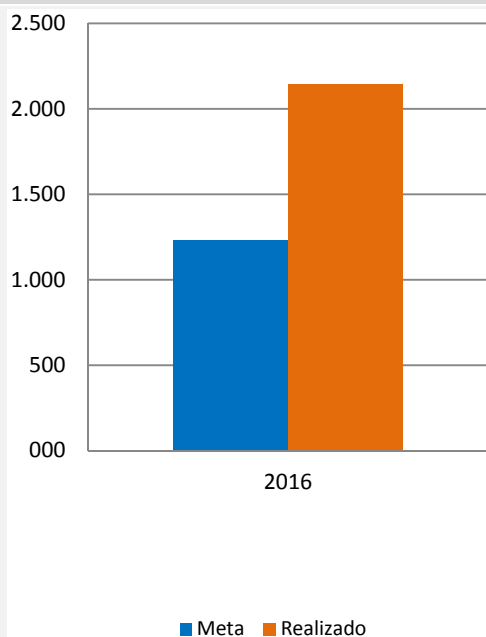


Análise

Em 2016, cerca de 70 servidores participaram de algum tipo de ação de capacitação, presencial ou online. A superação da meta foi devido ao curso de processos e ética ocorrido na cidade de Petrolina que possibilitou a participação de 40 servidores.

## Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

A superação da meta foi devido ao curso de processos e ética ocorrido na cidade de Petrolina que possibilitou a participação de 40 servidores, que por conseguinte aumento o índice de horas de capacitação.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

---

## **6- Relacionamento com a sociedade**

### **6.1- Canais de acesso do cidadão**

Os canais de comunicação buscam aproximar o cidadão dos serviços ofertados pela Superintendência Regional do INCRA NO Médio São Francisco, ao mesmo tempo, garantir a efetividade dessas prestações. Os mecanismos de comunicação entre a SR29 e a sociedade são representados, principalmente, pelos canais: Ouvidoria e Sala da Cidadania.

A Ouvidoria Agrária é um canal de efetiva comunicação do cidadão (assentados e acampados) com as diversas divisões da Regional. Em parceria com a Sala da Cidadania, atua na mediação de conflitos e conciliação, recepciona e encaminha sugestões, reclamações, denúncias, solicitações, pedidos de informação e elogios da sociedade.

Por meio das informações alocadas no Setor, identificamos que os interessados tiveram, em 2016, preferência no deslocamento a sede do órgão para formalizar as suas necessidades, em especial atenção a natureza da demanda: denúncia de irregularidades na distribuição de cestas básicas e assentamentos de pessoas sem o perfil necessário para o PNRA.

Outros meios ou canais de comunicação não foram objeto de maior adesão. Relevante registrar que a Ouvidoria Regional do INCRA no Médio São Francisco identificou a necessidade de um canal para melhorar o acesso do público à instituição e foi disponibilizado na página da Regional um e-mail específico para a ouvidoria.

Os atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – SIGEF.

Em abril de 2014, a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de autoatendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.).

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida. O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo, segundo informações da Sala da Cidadania da SR-29.

| <b>Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016</b>                                                                                      |                                   |                  |                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|---------------------------|
| <i>Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência</i> |                                   |                  |                           |
| <b>Natureza da demanda</b>                                                                                                              | <b>Quantidade de solicitações</b> | <b>Atendidas</b> | <b>Atendidas no prazo</b> |
| Denúncia                                                                                                                                | 12                                | 12               | 12                        |
| Reclamação                                                                                                                              | 46                                | 32               | 32                        |
| Sugestão                                                                                                                                | 09                                | 04               | 04                        |
| Pergunta                                                                                                                                | 30                                | 30               | 30                        |

Em que pese ter ocorrido a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional, na SR/29 foi mantida a designação da Ouvidoria Regional. Durante o exercício de 2016 foram apresentadas algumas demandas por parte, principalmente, de integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

As demandas apresentadas em sua grande maioria estão relacionadas a reclamações e perguntas relativas a implementação das políticas do PNRA, tais como aplicação dos créditos, parcelamento dos lotes, instalação de infraestrutura. Também aparecem denúncias, primordialmente relacionadas ao descumprimento das obrigações por parte de outras famílias integrantes do PNRA, tais como a não efetiva permanência nos projetos, à possíveis negociações de lotes, a problemas com

---

vizinhos. Em muitos desses casos as denúncias são efetuadas por meios de ligações telefônicas ou quando pessoalmente os denunciante não aceita que seja feita a sua identificação.

O tratamento dado às demandas que são apresentadas à Ouvidoria Regional, tanto reclamações, perguntas e denúncias, mesmo as prestadas de forma anônimas, são direcionadas para as chefias, as quais tratam do serviço ou atividade relacionada ao tema apresentado, para que o fato possa ser avaliado e tratado pelos técnicos visando ocorrer o pronto atendimento. Há casos, principalmente quando se trata de perguntas, que estas são atendidas diretamente pela Ouvidoria Regional.

Também ocorre a apresentação de sugestões, no entanto, talvez em virtude da falta de domínio sobre os trâmites burocráticos do Estado e da política do PNRA, na maioria das vezes estas, infelizmente, mesmo sendo de interesse das famílias assentadas não podem ser implementadas, seja por falta de amparo legal, seja por falta de recursos ou mesmo por não serem de atribuição do INCRA. Neste último caso, quando é possível ser obtido através de outras instituições os interessados são orientados, seja através da própria Ouvidoria, seja por meios dos técnicos do INCRA ou da assistência técnica prestada por empresas contratadas para tal mister, a procurá-las para tentar o atendimento desejado.

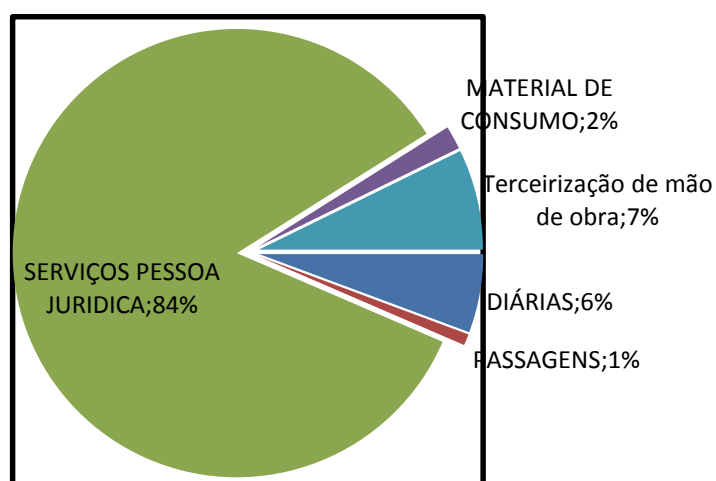
Além da atuação na recepção de reclamações e denúncias diversas, a Ouvidoria Regional tem atuado na mediação de conflitos agrários envolvendo áreas ocupadas por trabalhadores rurais que pleiteiam o ingresso no PNRA. Nessa atuação foram efetivadas ações de acompanhamento do mandado de reintegração de posse da Faz. Milano, em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, além da participação em audiências extrajudiciais dirigidas pelo Promotor de Justiça Agrário, de conciliação visando obter acordo para o cumprimento de mandado de reintegração de posse para fazenda Lagoa da Pedra, em Petrolina.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

## 7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

### 7.1- Desempenho financeiro do exercício

#### Principais Despesas



| Principais despesas (em milhares de reais) | 2015         | 2016          |
|--------------------------------------------|--------------|---------------|
| DIÁRIAS                                    | 980.984,93   | 609.473,10    |
| PASSAGENS                                  | 68.571,86    | 87.711,70     |
| SERVIÇOS PESSOA JURIDICA                   | 7.754.690,02 | 9.103.173,38  |
| MATERIAL DE CONSUMO                        | 448.987,14   | 181.296,58    |
| Terceirização de mão de obra               | 682.832,34   | 780.326,80    |
| Total                                      | 9.936.066,29 | 10.761.981,56 |

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados as quais compete coordenar e executar as atividades das respectivas unidades, na área de atuação, definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA, localizado em Brasília.

---

As descentralizações orçamentárias exercem um importante papel na execução das metas da regional, pois é a partir da nota de crédito que damos início aos procedimentos necessários a execução da despesa. A descentralização de crédito representa autorização orçamentária da despesa. A celeridade e a temporariedade na descentralização permitem que os procedimentos estejam mais próximos da sua finalidade, garantindo efetividade nas ações.

A dotação inicialmente prevista no orçamento do INCRA para a SR-29 foi de R\$ **15.328.710,62(quinze milhões trezentos e vinte e oito mil setecentos e dez reais e sessenta e dois centavos)** sendo que o percentual de despesas efetivamente pagas foi no montante de 70,73% da dotação inicial.

Nota-se que, em 2016, a ação de assistência técnica e extensão rural(ATER) para o Desenvolvimento de Assentamentos representou 71% em relação ao volume de créditos orçamentários descentralizados, sendo as despesas que tiveram execução significativa no desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao cumprimento da programação operacional anual das ações e planos orçamentários desta UJ em atendimento ao Programa Nacional de Reforma Agrária .

As despesas administrativas de manutenção da Sede e anexos foram incluídas pelo seu papel importante no resguardo do patrimônio público, limpeza e conservação e apoio administrativo de mão de obra terceirizada e representarem apenas 9,7% da provisão recebida no exercício.

Houve no exercício de 2016 uma diminuição no descompasso entre a execução orçamentária da despesa e o aporte de recursos financeiros, pois 73% dos recursos empenhados foram liquidados, que resultou uma redução no percentual dos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados. A melhoria na descentralização de recursos contribui para pagamento de cerca de 99% dos restos a pagar inscrito em exercícios anteriores.

A Administração vem aprimorando o seu desempenho institucional, em 2016, esteve voltada não apenas para o cumprimento de metas propostas na Programação Operacional, como para qualidade dos serviços. Para tanto foi essencial a implementação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, melhoria dos processos e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

---

Em 2016, a aplicação dos recursos referiu-se não somente às despesas com a manutenção das condições de funcionamento da Sede da Superintendência Regional do Médio São Francisco, mas principalmente, proporcionou melhores condições para que as áreas finalísticas desta Regional, buscassem o alcance dos objetivos institucionais e cumprimento das metas com a maior eficácia e eficiência, despesas estas que foram realizadas através do cumprimento de contratos firmados em certames licitatórios ou aquisições pontuais.

A Missão da Administração da Unidade é agregar todas as despesas destinadas ao suporte às atividades finalísticas, compreendendo os seguintes serviços:

- 1- De transporte e manutenção de viaturas oficiais;
- 2- De reprografia e gráfica;
- 3- De telecomunicações;
- 4- De limpeza e vigilância;
- 5- De luz, água e esgoto;
- 6- De locação de transporte de cargas e passageiros;
- 7- De protocolo com recepção, registro e entrega de correspondências oficiais;
- 8- De locação de equipamentos;
- 9- De controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas;
- 10- De manutenção e conservação de imóveis próprios da União; cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- 11- De tecnologia da informação, envolvendo ações de suporte e rede;
- 12- De passagens etc e ainda, outras despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, mas que são essenciais para a manutenção da máquina administrativa da Superintendência.

Sendo assim, compõem o rol de principais despesas na Ação 2000:

- Manutenção de contratos de terceirização de mão-de-obra de apoio administrativo;
- Terceirização de serviços de limpeza e conservação;
- Terceirização de serviços de vigilância ostensiva e eletrônica;
- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos;

- 
- Manutenção e conservação de bens móveis.

A implantação de atividades, inéditas em períodos recentes, tais como: reforma da sede, projeto idealizado pela Administração com objetivo de garantir o mais adequado ambiente de trabalho e leilão de bens móveis, transformaram o ambiente administrativo.

Cumpre-nos ainda observar que os recursos programados não contemplaram despesas efetivadas no exercício nesta ação, a exemplo de; de reajustes de tarifas de serviços essenciais, dissídios coletivos de contratos de prestação de serviços de locação de mão-de-obra etc., culminando com a necessidade de suplementação orçamentária ao final do exercício. Destacamos ainda as questões pontuais e emergenciais que normalmente acontecem pela própria especificidade do Programa de Reforma Agrária.

São ainda importantes componentes da despesa total na ação administração da Unidade a locação de imóveis e a aquisição de material de consumo para abastecimento do almoxarifado da sede e anexos.

## 7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

| Demonstração contábil/notas explicativas | Endereço para acesso                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BALANÇO PATRIMONIAL – BP                 | <a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_patrimonial_2016.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_patrimonial_2016.pdf</a>   |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO                | <a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_orcamentario_2016.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_orcamentario_2016.pdf</a> |
| BALANÇO FINANCEIRO – BF                  | <a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_financeiro_2016.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_financeiro_2016.pdf</a>     |

---

|                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                               | <a href="#">pdf</a>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP | <a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/demonstracao_das_variaco-es_patrimoniais_2016.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/demonstracao_das_variaco-es_patrimoniais_2016.pdf</a> |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC       | <a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/demonstracao_do_fluxo_de_caixa_2016.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-29---m-dio-s-o-francisco/demonstracao_do_fluxo_de_caixa_2016.pdf</a>                     |

---

## **7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber**

### **7.3.1 Empréstimos concedidos**

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Divisão de Desenvolvimento, foram emitidos 25 créditos da modalidade Apoio Inicial, no valor unitário R\$ 2.400,00 totalizando 60.000,00 e 368 da modalidade Fomento Mulher, no valor unitário de R\$ 3.000,00, totalizando R\$ 1.104.000,00. Sendo que dos 25 créditos Apoio Inicial disponibilizados, apenas 16 foram sacados reduzindo o valor total para R\$ 38.400,00; e dos 368 créditos Fomento Mulher disponibilizados, apenas 353 foram sacados, reduzindo o valor para R\$1.059.000,00. Portanto, foram efetivamente realizadas 16 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 38.400,00 e 353 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 1.059.000,00, perfazendo um total geral de R\$ 1.097.400,00.

No exercício de 2016, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 124.383.693,40, este saldo não foi alterado em 2016 pela ausência dos registros de baixa contábil do movimento de 2016, em virtude dos processos dos beneficiários não terem sido enviados para a contabilidade; sequer foram formalizados individualmente. Fica prejudicada a comparação do saldo inicial com o saldo final de 2016.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. A SR-29 enviou dois servidores. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais inclusive foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 725 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo ao Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 681 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,07%.

### **7.3.2 Créditos a receber de parceiros**

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ R\$ 14.430.888,35. A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PA's.

---

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A ideia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

*Sugere-se que o os itens 8.1 e 8.2, em conjunto, não ultrapassem o tamanho de 3 páginas*

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

| Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU |            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                          |
|-------------------------------------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Deliberação                                           | Nº do item | Descrição sucinta do item da deliberação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Providências adotadas / Ações implementadas                              |
| ACÓRDÃO Nº 2721/2016 - TCU - 2ª Câmara                | 9.4        | determinar à Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure a devida tomada de contas especial, se já não o fez, para apurar todas as irregularidades atinentes ao Termo de Parceria SIAFI 652368, firmado com a Associação Crédito do Brasil, incluindo às relativas à falta de conclusão das obras e serviços, caso não elidida, e ao superfaturamento dos preços contratados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de até 90 (noventa) dias, informações sobre os resultados das providências adotadas;          | TCE Instaurada e encaminhada para Auditoria Interna.                     |
| ACÓRDÃO Nº 4803/2016 - TCU - 2ª Câmara                | 1.7.1.1    | .7.1.1. com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, adote, se ainda não o fez, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas com vistas à avaliação dos imóveis sob sua responsabilidade, à realização de inventário e ao desfazimento de bens considerados inservíveis, a fim de evitar a realização de despesas com guarda e vigilância e solucionar as constatações apresentadas nos subitens 3.1.3.1 e 3.1.11.1 do Relatório de Auditoria nº 201305855 da Controladoria-Geral da União, encaminhando ao Tribunal informações sobre as providências adotadas; | DESFAZIMENTO DE BENS ATRAVÉS DE leilão processo n.º 54141.000353/2016-08 |

|                                           |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                        |
|-------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ACÓRDÃO Nº 4803/2016 - TCU - 2ª Câmara    | 9.11 | determinar à Superintendência Regional do <i>Médio São Francisco</i> (SR-29) do Incra que, se ainda não o fez, examine a regularidade da celebração, em 12/11/2005, do termo de parceria atinente ao Processo Administrativo nº 54141.001312/2005-78, entre a SR-29 e a Fundesa, e dos respectivos repasses financeiros à referida Oscip, informando o TCU, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas  | Processo de Tomada de CONTAS Especial com fase interna concluída e encaminhada para Auditoria do INCRA |
| ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 1713/2016 - PLENÁRIO a | 9.11 | determinar à Superintendência Regional do <i>Médio São Francisco</i> (SR-29) do Incra que, se ainda não o fez, examine a regularidade da celebração, em 12/11/2005, do termo de parceria atinente ao Processo Administrativo nº 54141.001312/2005-78, entre a SR-29 e a Fundesa, e dos respectivos repasses financeiros à referida Oscip, informando o TCU, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas; | Processo de Tomada de CONTAS Especial com fase interna concluída e encaminhada para Auditoria do INCRA |

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

| Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU |            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                              |
|-------------------------------------------------------|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Deliberação                                           | Nº do item | Descrição sucinta do item da deliberação                                                                                                                                                                                                                                                                | Providências adotadas / Ações implementadas                                  |
| OS: 201305855<br>Constatação: 67                      | 10707      | Com base no Parecer nº 47/2014/SR-29/PFE/INCRA, altera-se a recomendação para que sejam providenciados os documentos e informações relacionadas a seguir: a) Comprovação de suspensão do serviço por meio do Contrato CRT/MSF/09/2011 (Item 15 do referido parecer); b) Esclarecimentos da fiscalização | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|                                 |       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                              |
|---------------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                 |       | <p>do Contrato CRT/MSF/10/2012 acerca da prestação de serviço de lavagem e aspiração de viaturas, previsto no item 2.1.2.2 alínea “d” do Termo de Referência (Item 17 do referido parecer); c) Demonstração que na composição dos custos do Contrato CRT/MSF/10/2012 não foram contempladas despesas frequentes com lavagens de veículos (Item 19 do referido parecer); d) Levantamento de todos os pagamentos efetuados com lavagens pagas por meio do Contrato CRT/MSF/09/2011 (Item 21 do referido parecer). Ainda, apresentar cópia de todos (sem exceção) os processos de pagamentos efetuados por meio do CRT/MSF/09/2011 (notas fiscais, relatórios onde conste o tipo de lavagem e o veículo, recolhimentos, etc.); e) Pesquisas de preços, no mínimo três cotações por semestre e tipo de lavagem/carro, referente ao período que contemple a primeira e a última execução do serviço por meio do Contrato CRT/MSF/09/2011 (Item 23 do referido parecer); f) Cópia do processo licitatório para contratação de serviço de lavagem (Itens 23 e 24 do referido parecer); e g) Comprovação de ausência de sobrepreço nos pagamentos efetuados a título de lavagens ou, se identificado sobrepreço, comprovação de ressarcimento dos valores pagos indevidamente (Itens 21, 22 e 24 do referido parecer).</p> |                                                                              |
| OS:<br>246649Constatação:<br>30 | 19063 | <p>Apresentar: a) levantamentos efetuados e documentos que comprovem que não foram efetuados pagamentos indevidos a título de CPMF, nos contratos vigentes em 2008,</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|                                  |       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                              |
|----------------------------------|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |       | principalmente nos contratos CRT/SR(29)PE/Nº 04/2005 e CRT/SR(29)PE/Nº 02/2005                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                              |
| OS: 201203476<br>Constatação: 46 | 52508 | Instituir rotinas junto ao Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência no sentido de que sejam cumpridos os prazos estabelecidos na IN/TCU nº 55/2007 para registro no Sistema SISAC das informações relativas às aposentadorias e às pensões concedidas no âmbito da Unidade, como também para o envio ao Controle Interno dos processos físicos correspondentes. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201203476<br>Constatação: 47 | 52509 | Registrar no Sistema SIAPE os valores das remunerações recebidas por servidores cedidos, cujos pagamentos são oriundos dos órgãos requisitantes, devendo ser apensados aos respectivos assentamentos funcionais as memórias de cálculos dos valores lançados, nos termos da Portaria Normativa SRH/MP nº 02/2011.                                                            | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201305855<br>Constatação: 24 | 61767 | Elaborar e implementar plano de contingências por área, especificando responsáveis e prazo para execução, podendo incluir as propostas apresentadas pela Unidade para constar do plano de contingências: a) Triagem imediata dos bens relacionados na alínea "a"; b) Contratação de despachante para regularização da documentação de bens apontados na alínea 'b'.          | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201203476<br>Constatação: 18 | 74872 | Acerca de cada macroprocessos finalísticos do Incra SR29 (Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento), estruturar os controles internos, com o                                                                                                              | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|                                  |       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                              |
|----------------------------------|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |       | mínimo de: a) Mapeamento dos processos; b) Análise de riscos; c) Implementação de procedimentos de controle, inclusive com desenvolvimento de indicadores e definição de rotina                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                              |
| OS: 201305855<br>Constatação: 39 | 88531 | Até 30/08/2013, elaborar plano de contingências para cada item apontado, especificando responsáveis e prazo para execução, incluindo, entre outras providências: 1.1) Instituição e manutenção de rotinas que permitam a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet, fazendo-se necessária previamente a estruturação de setor com vistas ao desempenho das atividades inerentes à gestão patrimonial da entidade; 1.2) Adoção de medidas com o fito de sanar as inconsistências existentes na base de dados do SPIUnet, no tocante aos imóveis de RIP nº 2413000255007 e 2521000575009, quanto à avaliação vencida e à inconsistência dos valores com as características do imóvel 1.3) Capacitação de pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 246649<br>Constatação: 78    | 90964 | Instruir os autos dos processos de criação de projeto de assentamento com todos os documentos exigidos pelas normas que regulam os procedimentos administrativos e operacionais atinentes a sua criação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 246649<br>Constatação: 81    | 91057 | Instituir rotinas de trabalhos quanto à completa e tempestiva inclusão de dados em todos os campos do SIPRA, estabelecendo essa atividade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                              |
|----------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |        | como pré-requisito para a concessão de uso dos lotes objeto da reforma agrária e a liberação dos créditos de instalação, bem como a inserção de dados relativos aos Planos de Desenvolvimento dos Projetos de Reforma Agrária.                                                                                                                      |                                                                              |
| OS: 246649<br>Constatação: 95    | 91059  | Instruir os processos de beneficiários constantes da RB-I com toda a documentação exigida pela NE/INCRA nº 70/2008, ou outro normativo posterior.                                                                                                                                                                                                   | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 246649<br>Constatação: 95    | 91060  | Fazer identificar nas notificações emitidas aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, com base na Norma de Execução nº 70, de 12/05/2008, específica motivação das inconsistências a eles vinculadas.                                                                                                                              | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 246649<br>Constatação: 115   | 91072  | Nos processos de concessão de crédito de instalação na modalidade semi-árido, elaborar projeto básico com detalhamento suficiente dos serviços e acompanhar a execução para que ocorra conforme planejado. Especificamente no caso do Processo nº 54141.004328/2009-66, apurar e regularizar as inconsistências apontadas pela Equipe de Auditoria. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 36 | 128478 | Implementar mecanismo que permita planejamento e acompanhamento acerca de atribuições, responsabilidades e atividades demandadas e executadas por servidor/terceirizado/estagiário.                                                                                                                                                                 | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 8  | 128480 | Até 31/12/2014, implementar mecanismos de                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de                         |

|                                 |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
|---------------------------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                 |        | acompanhamento sobre a demanda reprimida dos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), para obtenção e gerenciamento de informações, principalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir processo referente ao repasse de informações à alta administração sobre ocorrências relacionadas à obtenção e gestão das informações sobre o público-alvo do PNRA;</li> <li>- Definir papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo de obtenção e gestão das informações sobre o público-alvo do PNRA;</li> <li>- Criar mecanismos para identificar as fragilidades e potenciais riscos no desempenho dos processos relacionados à obtenção e gestão das informações sobre o público-alvo do PNRA;</li> <li>- Definir medidas regulamentares para gerenciamento de riscos potenciais;</li> <li>- Definir fluxo de informações e opiniões sobre os riscos entre os responsáveis por avaliá-los e gerenciá-los; e</li> <li>- Publicar normativo definindo os responsáveis pela execução de tarefas rotineiras relativas à obtenção e gestão das informações sobre o público-alvo do PNRA, no âmbito da jurisdição da SR-29.</li> </ul> | Providencias Permanente                                                      |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 3 | 128481 | Instituir rotina de acompanhamento sobre os resultados (físicos e financeiros) relativos à Ação 211B (Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária), de modo a garantir análise quantitativa e qualitativa dos resultados, inclusive, fazer contar tais análises nos processos de contas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 5 | 128482 | Adote as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de                         |

|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                              |
|----------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |        | desapropriados em seu Balanço Patrimonial, atendendo aos subitens 9.2.6, 9.2.6.1, 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão 557/2004-TCU-Plenário, quanto ao: -                                                                                                                                                                          | Providencias Permanente                                                      |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 17 | 128483 | Instituir rotinas de trabalhos quanto à completa e tempestiva inclusão de dados em todos os campos do SIPRA, estabelecendo essa atividade como pré-requisito para restabelecimento de créditos de instalação.                                                                                                               | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 21 | 128484 | Instituir controles no sentido de que os documentos de comprovação da execução contenham no mínimo os itens previstos no Art. 23 da lei 12.188/2010. Inclusive, com registro no SIATER e relacionando os resultados obtidos com a execução do serviço (Inciso VI do referido artigo) às metas pactuadas na chamada pública. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 21 | 128485 | Instituir controles no sentido de observar a determinação contida no Passo 3 do Item 1.3 da NOTA TÉCNICA CONJUNTA/DD e DA/INCRA nº 01/2011, para produção de relatórios de fiscalização, com inserção no processo físico existente do contrato, informando sobre os serviços executados pela entidade prestadora.           | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 21 | 128486 | Instituir instrumentos para o efetivo cumprimento das metas fixadas na chamada pública, além de acompanhamento com análise quantitativa e qualitativa dos resultados.                                                                                                                                                       | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 24 | 128487 | Inserção dos seguintes documentos no Processo 54141.000448/2011-17: - as                                                                                                                                                                                                                                                    | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

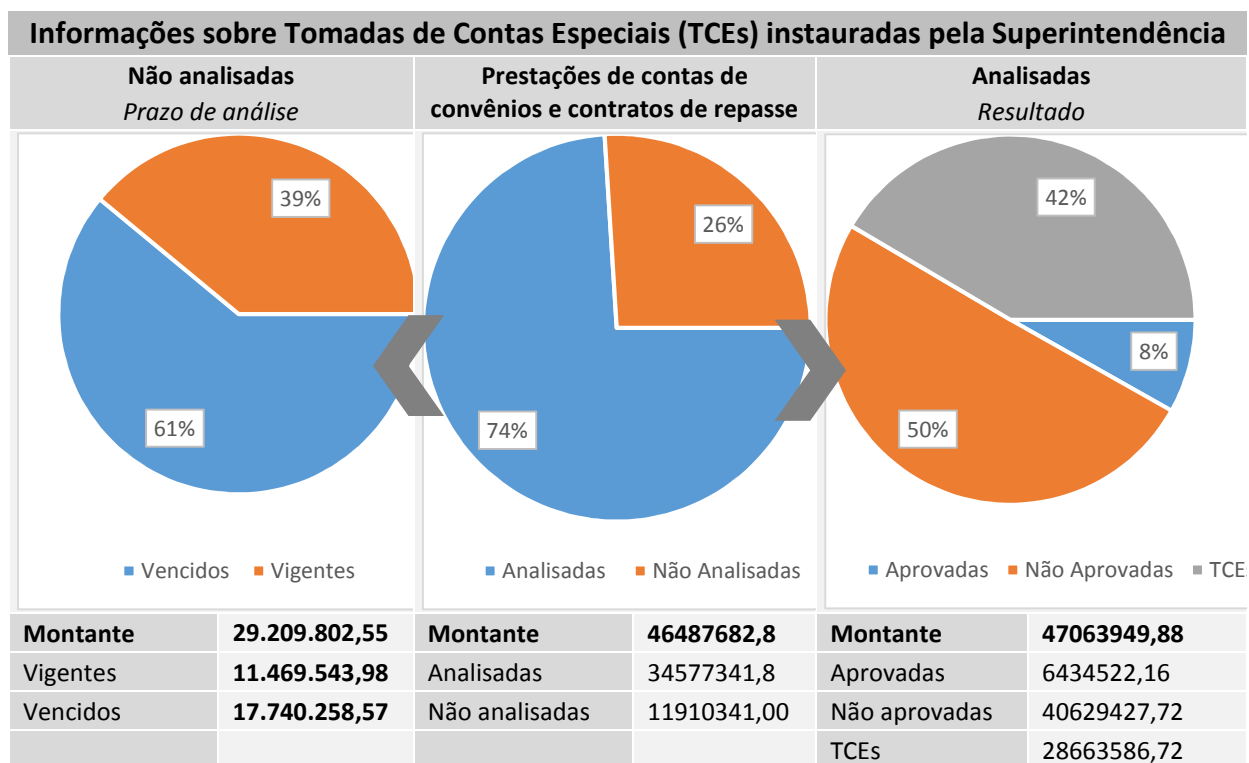
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                              |
|----------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |        | grades de disciplinas efetivamente executadas em CADA ETAPA; - comprovação de atividades de Tempo Escola e Tempo Comunidade                                                                                                                                                                   |                                                                              |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 28 | 128488 | Instituir rotina de acompanhamento das ações para provimento de água destinado ao consumo doméstico nos projetos de assentamento, de modo a garantir análise quantitativa e qualitativa dos resultados, inclusive, fazer contar tais análises nos processos de contas.                        | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 33 | 128490 | Reavaliar a capacidade operacional da Conveniente para execução do objeto pactuado. Caso se verifique a impossibilidade de conclusão do objeto no prazo firmado, avaliar a oportunidade e a conveniência de buscar outra forma de execução da ação.                                           | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 43 | 128493 | Providenciar a aplicação das penalidades/sanções e ressarcimentos ao erário pendentes, conforme tratado nos relatórios de auditoria.                                                                                                                                                          | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 43 | 128494 | Destarte as informações prestadas, os documentos indicados nos anexos XII e XIV do do Ofício/INCRA/SR-29/G/Nº 644/2014, de modo que a Unidade deverá providenciar a apuração de responsabilidades pendentes e o atendimento às seguintes recomendações: i) Relatório de Auditoria nº 246649 - | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201407461<br>Constatacao: 43 | 128495 | Destarte as informações prestadas, os documentos indicados nos anexos XII e XIII do do Ofício/INCRA/SR-29/G/Nº 644/2014, a instauração e                                                                                                                                                      | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
|----------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
|                                  |        | conclusão de TCEs para as avenças em situação de inadimplente/aguardando prestação de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                              |
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
| OS: 201216753<br>Constatacao: 3  | 143466 | Efetuar consulta à Procuradoria Federal acerca dos fatos apontados e, inclusive, solicitar orientação acerca das providências a serem adotadas referentes a: cálculo do prejuízo, necessidade de ressarcimento ao erário acerca de pagamentos indevidos no período de vigência do contrato e aditivos, apuração de responsabilidade, repactuação contratual.                                              | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
| OS: 201216753<br>Constatacao: 4  | 143467 | Providenciar a inclusão dos documentos comprobatórios no processo. Não sendo possível comprovar, total ou parcialmente, com relatórios de execução resumidos e detalhados, relatórios fotográficos e documentos de ateste, a execução dos serviços pagos por meio das notas fiscais nºs 003, 004, 005, 015, 016, 019, 022, 024 e 028, providenciar o ressarcimento ao erário dos valores não comprovados. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
| OS: 201216753<br>Constatacao: 10 | 143468 | Providenciar que a empresa efetue o ressarcimento do valor de R\$ 3.000,00 pago indevidamente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |
| OS: 201216753<br>Constatacao: 11 | 143469 | Efetuar consulta à Procuradoria Federal acerca dos fatos apontados e, inclusive, solicitar orientação acerca das providências a serem adotadas referentes a repactuação contratual para redução dos quantitativos contratados, conforme orientado pelos técnicos da própria instituição.                                                                                                                  | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                              |

|                                  |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                              |
|----------------------------------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| OS: 201317134<br>Constatacao: 4  | 143471 | Providenciar a anulação dos referidos convênios até 31/12/2013.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201317135<br>Constatacao: 1  | 143474 | Previamente às etapas referentes aos anos letivos de 2014 e 2015, elaborar diagnóstico, juntamente com o IF SERTÃO-PE, para encaminhamento de todos os problemas ocorridos nas etapas anteriores, inclusive com definição de grades de disciplinas, períodos de aulas, professores responsáveis, logística necessária, etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201317137<br>Constatacao: 1  | 143478 | Reitera-se a recomendação emitida pela Auditoria Interna do INCRA acerca dos processos 54141.001651/2008-05, 54141.001303/2007-49 e 54141.004125/2008-99 para que o Setor Técnico e Administrativo da SR-29/MSF elabore e apresente circunstanciado e conclusivo relatório acerca da prestação de contas e a efetiva conclusão do objeto pactuado no instrumento do contrato firmado, visando identificar comprovadamente a inexistência de atos ilícitos praticados que não causaram danos ao erário. Caso, contrário, se configurado e caracterizado de fato danos causados ao erário, a remessa e instrução dos autos para a imediata instauração do processo de Tomada de Contas Especial - TCE pela autoridade competente. | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |
| OS: 201305855<br>Constatação: 39 | 88531  | Até 30/08/2013, elaborar plano de contingências para cada item apontado, especificando responsáveis e prazo para execução, incluindo, entre outras providências: 1.1) Instituição e manutenção de rotinas que permitam a inserção                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Atendimento conforme cronograma disposto no Plano de Providencias Permanente |

|  |  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
|--|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|  |  | <p>correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet, fazendo-se necessária previamente a estruturação de setor com vistas ao desempenho das atividades inerentes à gestão patrimonial da entidade; 1.2) Adoção de medidas com o fito de sanar as inconsistências existentes na base de dados do SPIUnet, no tocante aos imóveis de RIP nº 2413000255007 e 2521000575009, quanto à avaliação vencida e à inconsistência dos valores com as características do imóvel 1.3) Capacitação de pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet.</p> |  |
|--|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

### 8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



O valor Global das transferências pactuados e não analisadas em relação as transferências voluntárias foram no montante de R\$ 29.209.802,55 que representa 100% até o exercício de 2016 que se encontra com os prazos vencidos e vigentes para prestação de contas, representa 39% para os vigentes e 61% para os vencidos.

Já em relação as Prestações de contas na Superintendência Regional representou o montante total de R\$ 46.487.682,80 até o exercício de 2016, já foi analisado o montante de 34.577.341,80 que representa 74% do montante total, e as prestações de contas que faltam analisar são de R\$ 11.910.341,00 que representa 26% do montante total.

Já em relação as contas aprovadas no valor de R\$ 47.063.949,88 que representa um percentual de 100% do montante, e as aprovas foram no valor de R\$ 6.434.522,166 que representa 14% do montante total e o valor de R\$ 40.629.427,72 para as transferências, não aprovadas que representa um percentual de 71% do montante e por fim os valores das TCEs de R\$ 28.663.586,72 que representa um percentual de 14% até o exercício de 2016 em relação ao montante das constas que não foram aprovadas.

---

#### **8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem para pagamento.

O referido art. 5º consagra o dever de a Administração liquidar suas dívidas segundo essa ordem. Ou seja, é inquestionável que a Administração tem que cumprir os prazos e satisfazer as dívidas segundo as regras previstas em Lei ou no contrato.

No entanto, os recursos financeiros recebidos pelas Superintendências Regionais são provenientes de descentralização realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Sede, situado em Brasília/DF, de tal modo que esta Autarquia não dispõe de discricionariedade sobre o prazo para pagamento, em virtude da não regularidade e falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal. Em que pese a Regional cumprir os procedimentos formais de atesto, liquidação, nota de lançamento e outros necessários ao pagamento das despesas, no decorrer de 2015 existiu um descompasso entre o vencimento da obrigação e seu efetivo pagamento devido a instabilidade de fluxo financeiro dispensado a Ug.

## 9- Anexos e apêndices

### 9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

*Complementa informações do item 4.2.3*

| Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados |                                                                                                                                                                                                                                                   | Valores |   |   |   |   |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---|---|---|---|
|                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                   | 1       | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <b>1</b>                                                     | <b>Ambiente de controle</b>                                                                                                                                                                                                                       |         |   |   |   |   |
| 1.1                                                          | A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.                                                                                             | x       |   |   |   |   |
| 1.2                                                          | Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.                                                                                           | x       |   |   |   |   |
| 1.3                                                          | A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.                                                                                                                                                                                                | x       |   |   |   |   |
| 1.4                                                          | Existe código formalizado de ética ou de conduta.                                                                                                                                                                                                 | x       |   |   |   |   |
| 1.5                                                          | Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.                                                                                                                                              |         |   | x |   |   |
| 1.6                                                          | Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.                          |         |   |   | x |   |
| 1.7                                                          | As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.                                                                                                                                            |         |   | x |   |   |
| 1.8                                                          | Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.                                                                                                                                                            | x       |   |   |   |   |
| 1.9                                                          | Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.                                                                                                                                                    |         |   | x |   |   |
| <b>2</b>                                                     | <b>Avaliação de risco</b>                                                                                                                                                                                                                         |         |   |   |   |   |
| 2.1                                                          | Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.                                                                                                                                                                                | x       |   |   |   |   |
| 2.2                                                          | Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.                                                                                                                                                 |         |   | x |   |   |
| 2.3                                                          | É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. |         |   | x |   |   |
| 2.4                                                          | É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.                                                                                      |         |   | x |   |   |
| 2.5                                                          | A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.                                                                          |         |   | x |   |   |
| 2.6                                                          | Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.                                                                                     |         |   | x |   |   |
| 2.7                                                          | Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.                                                                                                                                    |         | x |   |   |   |
| 2.8                                                          | Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.                                                                                                   | x       |   |   |   |   |
| 2.9                                                          | Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.                                                                                                                      | x       |   |   |   |   |
| <b>3</b>                                                     | <b>Procedimentos de controle</b>                                                                                                                                                                                                                  |         |   |   |   |   |
| 3.1                                                          | Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os                                                                                                                                                                |         | x |   |   |   |

| Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Valores |   |   |   |   |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---|---|---|---|
|                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 1       | 2 | 3 | 4 | 5 |
|                                                              | riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |         |   |   |   |   |
| 3.2                                                          | As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |         |   | X |   |   |
| 3.3                                                          | As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |         |   | X |   |   |
| 3.4                                                          | As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |         | X |   |   |   |
| <b>4</b>                                                     | <b>Informação e comunicação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |         |   |   |   |   |
| 4.1                                                          | A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | x       |   |   |   |   |
| 4.2                                                          | As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |         |   | x |   |   |
| 4.3                                                          | A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |         | x |   |   |   |
| 4.4                                                          | A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |         | x |   |   |   |
| 4.5                                                          | A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | x       |   |   |   |   |
| <b>5</b>                                                     | <b>Monitoramento</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |         |   |   |   |   |
| 5.1                                                          | O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |         |   | x |   |   |
| 5.2                                                          | O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |         |   | x |   |   |
| 5.3                                                          | O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |         | x |   |   |   |
|                                                              | <b>Legenda dos valores</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |         |   |   |   |   |
|                                                              | 1. <b>Totalmente inválida:</b> significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.<br>2. <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.<br>3. <b>Neutra:</b> Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.<br>4. <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.<br>5. <b>Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ. |         |   |   |   |   |

## 9.2- Resultados do atendimento ao público externo

*Atendido no próprio item 5.1*

## 9.3- Memória de cálculo dos indicadores

*Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3*

| Índice de Cadastramento de imóveis rurais |           |       |
|-------------------------------------------|-----------|-------|
| 2016                                      |           | 2017  |
| Meta                                      | Realizado | Meta  |
| 69,45                                     | 80,32     | 69,45 |

Memória de cálculo: Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (5.533.210,37 - Fonte: INCRA SEDE) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (6.889.004,00 - Fonte: SR/29) multiplicado por 100.  
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

| Índice de Análise em Processos de Certificação - VIA SIGEF |           |        |
|------------------------------------------------------------|-----------|--------|
| 2016                                                       |           | 2017   |
| Meta                                                       | Realizado | Meta   |
| 33,01%                                                     | 74,53%    | 57,86% |

Memória de cálculo: Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (79 - Fonte: MONITORIA) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (106 - Fonte: MONITORIA) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

| Índice de Regularização Fundiária |           |        |
|-----------------------------------|-----------|--------|
| 2016                              |           | 2017   |
| Meta                              | Realizado | Meta   |
| 66,67                             | 100,00    | 100,00 |

Memória de cálculo: Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (41 - Fonte: RELATÓRIO GESTÃO 2016) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (41 - Fonte: RELATÓRIO GESTÃO 2016) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

| Índice de abrangência de capacitação (%) |           |                   |
|------------------------------------------|-----------|-------------------|
| 2016                                     |           | 2017              |
| Meta <sup>1</sup>                        | Realizado | Meta <sup>2</sup> |
| 8,43                                     | 73,49     | 0,00              |

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (17 - Fonte: Caderno de Metas) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (80 - Fonte: RG 2015) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (12) Fonte: Caderno de Metas, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (80) Fonte: RG 2015 2016: Meta capacitação ( ) Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (83) Fonte: DA

| Índice de horas de capacitação (%) |           |         |
|------------------------------------|-----------|---------|
| 2016                               |           | 2017    |
| Meta                               | Realizado | Meta    |
| 1232,87                            | 2146,99   | 1476,17 |

Memória de cálculo: Índice 2016: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (1782 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (83 - Fonte: RH-SR29) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

| Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha) |           |        |
|--------------------------------------------------|-----------|--------|
| 2016                                             |           | 2017   |
| Meta                                             | Realizado | Meta   |
| 383,83                                           | 0,00      | 383,83 |

Memória de cálculo: Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: WIKI INCRA) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: WIKI INCRA)

Previsão /meta: Média dos últimos 3 anos

| Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%) |           |      |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|------|
| 2016                                                                           |           | 2017 |
| Meta                                                                           | Realizado | Meta |
| 0,00                                                                           | 0,00      | 0,00 |

Memória de cálculo: Índice 2016: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: WIKI INCRA) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano

de metas do exercício (0 - Fonte: PLANO DE METAS (WIKI INCRA)) multiplicado por 100. Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2017 ainda não publicado

| <b>Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)</b> |           |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------|
| 2016                                                                                      |           | 2017  |
| Meta                                                                                      | Realizado | Meta  |
| 3,33                                                                                      | 68,27     | 26,08 |

Memória de cálculo: Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (185 - Fonte: WIKI INCRA) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (271 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

| <b>Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)</b> |           |      |
|---------------------------------------------------------|-----------|------|
| 2016                                                    |           | 2017 |
| Meta                                                    | Realizado | Meta |
| 0,00                                                    | 0,00      | 0,00 |

Memória de cálculo: Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (57 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (236 - Fonte: CADERNO DE METAS 2015 - EXECUÇÃO) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (10 - Fonte: ) dividido pela Meta de assentamento de famílias (450 - Fonte: CADERNO DE METAS) multiplicado por 100. 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

| <b>Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção</b> |           |                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|
| 2016                                                                                                                 |           | 2017              |
| Meta <sup>1</sup>                                                                                                    | Realizado | Meta <sup>2</sup> |
| 3.485                                                                                                                | 532       | 2.150             |

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para

acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR-29/D) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: RG 2015) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (695 - Fonte: SNCCI). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR-29/D) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (1602 - Fonte: RG 2015) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (2402 - Fonte: Plano de Metas 2015 ), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (150 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (400 - Fonte: SR-29/D) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (1600 - Fonte: SR-29/D)

| Índice de parcelas supervisionadas (%) |           |      |
|----------------------------------------|-----------|------|
| 2016                                   |           | 2017 |
| Meta                                   | Realizado | Meta |
| 2,48                                   | 0,59      | 0,00 |

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (13 - Fonte: RELATÓRIO DE MONITORAMENTO) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (11611 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte: ) dividido pela Meta de famílias assentadas (11956 - Fonte: PLANO DE METAS 2015 SIPRA) multiplicado por 100. 2017: Meta Supervisão (0 - Fote: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (11611 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado ) multiplicado por 100.

#### 9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares